Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal| Abril 2020 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 252

SOLIDARIEDADE

PRESIDENTE DA CNIS AGRADECE ÀS IPSS E SEUS PROFISSIONAIS

De alma e coração: OBRIGADO!

COVID-19

Eu sei porque fico em casa

MARIA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO, 91 ANOS

CNIS E APM EM CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS SOLIDÁRIA

Faça o seu donativo para ajudar as IPSS a obterem Equipamentos de Proteção Individual

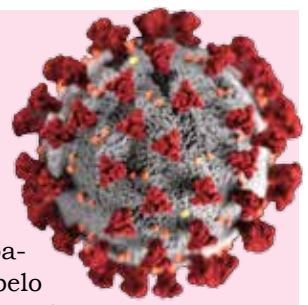
PT50 0036 0407 9910 6019 9842 8

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
REGISTO DE ENTRADA N.º N. Gaia
TAXA PAGA

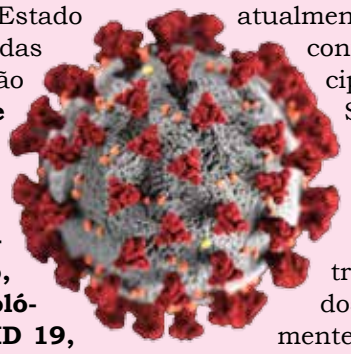
Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

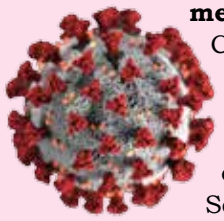
COVID-19: PORTARIA Nº 85-A/2020

Apoios extraordinários, temporários e transitórios destinados ao setor social e solidário



Foi publicada a Portaria nº 85-A/2020, de 3 de Abril, dos Secretários de Estado da Segurança Social, da Inclusão das Pessoas com Deficiência e da Acão Social, Portaria essa que "**Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de caráter extraordinário, temporário e transitório, destinados ao setor social e solidário, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, tendo em vista apoiar as instituições particulares de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, organizações não-governamentais das pessoas com deficiência e equiparadas no funcionamento das respostas sociais**."



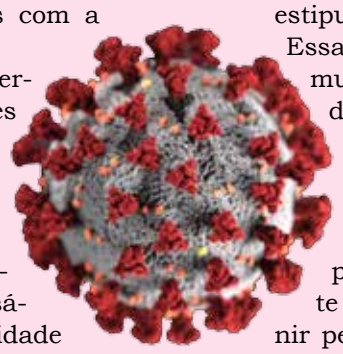


Com resulta do respetivo texto, dele não consta qualquer norma que impeça a manutenção das comparticipações integrais da Segurança Social, em simultâneo com os apoios extraordinários com vista à manutenção dos contratos de trabalho, previstos no Decreto-Lei nº 10-G/2020, de 26 de Março – impossibilidade de cumulação de apoios de que dei conta às Instituições, em comunicação de 1 do corrente mês. Com efeito, foi ainda possível reverter essa previsão, que era profundamente injusta e desigual para as IPSS, se viesse a ser consagrada, relativamente aos outros sectores da economia em situação de crise empresarial.

Nessa medida, nenhuma disposição legal atualmente em vigor impede que as IPSS continuem a receber as comparticipações integrais da Segurança Social, por acordos de cooperação, nos termos do artº 4º da Portaria nº 85-A/2020, e sejam simultaneamente elegíveis para a atribuição dos apoios extraordinários para a manutenção dos postos de trabalho, designadamente o chamado *lay off* simplificado, de acordo com o artº 9º da mesma Portaria. Chama-se, no entanto, a atenção de que o artº 4º, no seu nº 3 estabelece o seguinte:

"3 - Os trabalhadores das respostas sociais cujo funcionamento não se encontre em modo habitual devem, respeitando as medidas de contingência relacionadas com a COVID-19:

a) Manter as atividades, serviços e cuidados aos utentes das respostas desenvolvidas, adequando-os à situação de excecionalidade que o País enfrenta; ou



b) Desempenhar outras atividades consideradas necessárias, sem prejuízo da necessidade de acautelar o conteúdo funcional do trabalhador."

Esta disposição funciona como limite material à possibilidade de colocação em regime de suspensão do contrato e correspondente candidatura ao regime de *lay off* simplificado relativamente aos trabalhadores abrangidos pelo referido artº 4º, 3 da Portaria.

Um outro aspeto em que a nova Portaria vem ajudar a orientar as Instituições tem que ver com a eventual redução do montante das comparticipações familiares, relativamente às respostas sociais suspensas por imperativo legal. Com efeito, a Portaria, ressalvando embora a autonomia das Instituições – artº 2º, "c) Autonomia na redução das comparticipações familiares" -, estabelece uma orientação geral, no sentido de aplicabilidade da redução prevista no Regulamento Anexo à Portaria nº 196-/2015, de 1 de Julho, "sem prejuízo de poderem ser aplicadas percentagens de redução superiores às constantes dos números 9.1 e 9.3 do anexo daquela Portaria", como se estipula no artº 6º, ainda da nova Portaria.

Essa orientação vem ajudar a responder a muitas das questões que têm sido colocadas pelas Instituições sobre as comparticipações familiares, e acompanha, no essencial, a orientação que a CNIS tem dado quanto a este ponto: autonomia das Instituições para decidir, podendo a percentagem da redução variar consoante as circunstâncias de cada caso, a definir pelo órgão executivo de cada Instituição.

Porto, 3 de Abril de 2020
O Presidente da CNIS

A PORTARIA Nº 85-A/2020 PODE SER CONSULTADA NO SITE DO JORNAL SOLIDARIEDADE (www.solidariedade.pt)

Um "Novo Normal"

José Leirião
Membro da CNIS

Vivemos tempos de emergência nunca antes experimentados no mundo moderno, uma realidade de contornos indefinidos e de enorme incerteza, que nos confronta com a nossa aparente impotência, os nossos limites e fragilidades, isto é, uma realidade para a qual não existem respostas definitivas e eficazes e cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis.

Uma emergência sanitária que, certamente, vai gerar uma nova emergência económica e social de enorme incerteza e de contornos imprevisíveis, mas que já exige o melhor de cada um de nós todos, das nossas famílias, do Estado, das empresas, dos trabalhadores, das autarquias, das autoridades civis e militares, dos Serviços de Saúde, das IPSS e outros actores e funcionários que são chamados diariamente a dar o melhor do seu conhecimento, experiência e dedicação, expondo a sua saúde em risco.

O inimigo é invisível, mas está em todo o lado. Será necessário o esforço de todos e de cada um no cumprimento daquilo que lhe é exigido para contribuir positivamente para vencermos esta guerra e não nos deixarmos isolar nos nossos problemas pessoais, todos somos chamados a resistir, em cooperar uns com os outros para ultrapassar esta pandemia que nos trouxe um "novo normal" nas nossas vidas, que esperamos temporário. Não podemos deixar de acreditar que podemos voltar ao "antigo normal" que todos construímos e que queremos voltar a viver, certamente com algumas diferenças, mas pelo qual vale a pena lutarmos todos, cada um executando o seu papel conforme determinado pelos governantes responsáveis.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

De alma e coração: OBRIGADO!

5.680 entidades.

340 mil Trabalhadores. 800 mil Utentes, dos quais 300 mil são Idosos.

É este o Sector Social Solidário em Portugal. É esta a realidade das IPSS em Portugal:

Cuidar dos outros TODOS os dias;

Sete dias da semana;

24 horas por dia;

Feriados, fins-de-semana, épocas especiais;

Crianças sem retaguarda familiar, jovens em situação de risco, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com doença mental, vítimas de violência doméstica, refugiados, doentes sem idade e pessoas idosas… A todos as Instituições cuidam e dão VOZ.

Desde a primeira hora, em que foram chamadas a colaborar com o Governo, como sempre, as IPSS disseram: PRESENTE! no normal e genuíno funcionamento da sua essência solidária, espontânea, de coração cheio e de boa fé.

Em reuniões intersectoriais foi pedido - e foi assumido por todos os parceiros - para atuar em articulação neste momento de perigo público. Coordenados e sem individualismos institucionais.

De início, acreditámos que a preocupação com os mais velhos foi prevenir a sua estigmatização, isolamento ou abandono. Daí que se multiplicassem em diversos sectores os apelos para que não se abandonassem os idosos. Mas de repente, de chofre, como um soco no estômago, vem o apelo contrário, para que não se visitassem, para prevenir o contágio, para proteger os idosos o mais possível. Nem tiveram tempo de se despedir das famílias. Passaram diretamente às imagens virtuais, aos contactos à distância. Todos compreendemos que era imperioso prevenir um contágio que seria desastroso para todos. E todos acreditámos que havia de facto uma preocupação genuína com a proteção dos mais velhos.

Nesta evolução progressiva de conhecimento, informação e orientações, as IPSS têm mantido o compromisso de serviço aos outros, de articulação e cooperação, de, com espírito colaborativo, cumprir as orientações da DGS, aplicar as normas do ISS, construir planos de contingência, continuar a trabalhar.

As IPSS vivem dias de angústia.

Angústia pelo avanço galopante da pandemia, angústia pela desarticulação local, angústia pela falta de meios.

Sempre chamando a atenção para a falta de meios e de proteções individuais, e acreditando que o Estado se ocuparia de uma distribuição urgente por todos os que, na primeira linha de prestação de cuidados de saúde e de apoio social, estavam a correr riscos enormes de contrair o vírus, não pusemos sequer em equação ultrapassar os compromissos de colaboração interinstitucional e enveredar pelo desconhecido "mercado negro" sempre aguardando estoicamente as proteções que até à data não chegaram… Estamos pois a ver o resultado dessa leal colaboração e cooperação, votados a morrer sem armas de defesa por mais que alertemos, peçamos e supliquemos. Temos até a vaga sensação de nos considerarem impertinentes.

Mas continuamos a acreditar que, juntamente com os profissionais de saúde, os profissionais que trabalham nas IPSS, no seu apoio social, prestação de cuidados e prestação de cuidados de saúde, às populações mais desfavorecidas e mais fragilizadas, e fazendo parte integrante do Sistema Nacional de Saúde, são considerados cidadãos de pleno direito. Mas, sendo eles próprios dos mais expostos e, portanto, os da linha da frente a contrair a infeção e a transformarem-se em meios de contágio, deveriam ter sido de imediato providos de meios suficientes de proteção que os não deixasse tão expostos às "setas envenenadas" de que os soldados antigos eram vítimas como "carne para canhão" nos campos de batalha. Todos sabiam que a probabilidade de vir a acontecer o que está a acontecer era grande.

O que apesar de tudo, ainda, nos vale de alguma coisa, é que esta "preocupação" com os mais velhos, é sobretudo para que eles não encham os hospitais, não gastem recursos, não ocupem ventiladores e não elevem as taxas de mortalidade…

Num país que não aprovou a despenalização do abandono dos idosos nos hospitais, que tanto tempo perdeu a despenalizar a eutanásia e a hostilizar as Instituições de Solidariedade Social, que proibia até agora os mais velhos de 70 anos de trabalhar no sector público, em vez de se preocupar com a dotação de melhor reforço do "tecido" de apoio social, se este "tecido" soçobrar, só sobram os restantes voluntários, próximos mártires já que os médicos também estarão doentes e os hospitais a abarrotar.

Todos nós fizemos planos de contingência, naturalmente dependendo dos recursos e do lugar onde estamos. Não são os planos de contingência que nos protegem 100% da COVID-19. Se assim fosse não havia contágios nos hospitais. O que nos protege é sermos considerados cidadãos de direitos iguais, profissionais de risco, valorizados por um país que nos compreende, que nos respeita e que reconhece o nosso trabalho e dedicação.

Os profissionais das IPSS não desistem. Ali estão eles, mesmo sem meios de protecção suficiente, sem testes. Mesmo sem alternativas à falta de recursos humanos, pelos seus colegas que vão saindo doentes ou em quarentena.

Ali estão eles, estoicos, firmes…

São o rosto de quem acalma o outro, de quem cuida, esquecendo-se de si e dos seus medos. São eles quem acalma a saudade das famílias separadas. São eles a mão que ampara o último Adeus.

Os profissionais das IPSS trabalham sem palmas, sem ribalta, sem reconhecimento público.

Ali estão eles… na frente da batalha social, onde sempre estiveram e onde continuarão a estar…

Para continuar a cuidar de quem a sociedade não consegue cuidar.

E assim que pudermos respirar, os sobreviventes de nós, continuarão a lutar pelos mais básicos direitos dos mais velhos, das pessoas com deficiência, das crianças sem pais, dos sem-abrigo, das pessoas "com morbilidades", a apoiá-los e a cuidá-los mesmo sem meios. E estamos certos de que vai ser bem preciso, para os que tiverem a ousadia, o atrevimento ou a sorte, de sobreviver…

Lembremo-nos destes HOMENS e MULHERES merecedores do reconhecimento nacional.

Porque eles vão estar até ao fim connosco…

De alma e coração!

OBRIGADO

SOLIDARIEDADE EM TEMPO DE CRISE COVID-19

Empresa de Famalicão oferece um milhão de luvas às IPSS

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), está a distribuir por todas as instituições associadas um milhão de luvas, um donativo da empresa RACLAC, a única empresa europeia de luvas de exame e a maior fornecedora de descartáveis para a saúde a nível nacional. Pedro Miguel Costa, CEO da empresa de Famalicão, explica porque escolheu as instituições sociais: "Escolhemos as IPSS pois são entidades que, além de prestarem um inegável serviço público ao longo dos anos a todos nós, estão nesta fase com dificuldades acrescidas. Foi uma forma de dizermos obrigado e de apoiarmos com tudo o que está ao nosso alcance."

Para além do milhão de luvas que estão a ser distribuídas, Pedro Miguel Costa dá conta que há a reserva de mais um milhão para necessidades acrescidas. O responsável da RACLAC explica como se desenrola o processo: "Criámos um endereço de correio eletrónico (solidariedade@raclac.pt) onde estamos a receber os pedidos. Depois de uma análise sobre o seu grau de pertinência e urgência, expedimos os lotes de luvas. De acordo com o nosso stock e com a nossa capacidade de entrega, reservámos mais 1 milhão de luvas para este fim solidário."

No sentido de atenuar as carências que as IPSS associadas têm sentido em termos de Equipamento de Proteção Individual, a CNIS procede à distribuição das luvas através das Uniões Distritais, de todos os distritos do território continental, que depois as fazem chegar às instituições.

A entrega das embalagens às Uniões Distritais está a ser feita pela empresa de transportes Torrestir, igualmente de forma gratuita, em todos os distritos, durante esta semana da Páscoa.

A RACLAC tomou em mãos a missão de ajudar o país nesta luta contra o novo coronavírus e, nesse sentido, as unidades fabris estão a trabalhar 18 horas por dia, contribuindo para que mais de 30 confeções não fossem à falência nem entrassem em layoff.

A empresa de Vila Nova de Famalicão, arranjou, em dois dias, uma solução com tecido técnico para resolver a proteção em Portugal, algo que se faz há anos apenas na China.

A sua solução está já a chegar a todos os hospitais nacionais.

A RACLAC tem em curso um investimento de 23 milhões de euros numa fábrica que arranca com a produção já este mês de abril, com a intenção de, nesta fase de crise, o fazer apenas para o mercado interno.

Em fase de instalação da nova fábrica de Famalicão, a empresa, além das mais de três milhões de luvas por dia que vai fabricar, tem já também contratada a produção de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais de saúde, como fatos com capuz e balaclavas.

O Jornal Solidariedade falou com o CEO da RACLAC, Pedro Miguel Costa:

Como surgiu esta ideia de oferecer um milhão de luvas às IPSS?

Estamos perante uma das mais graves crises que o nosso país teve de enfrentar. Trata-se de uma situação grave que não escolhe alvos e que tem de ser enfrentada por todos. Pensámos que a RACLAC devia dar o seu contributo ativo para a solução do problema. A forma que encontrámos foi disponibilizar gratuitamente um produto essencial (luvas de exame descartáveis) a quem mais precisa. A nossa decisão foi disponibilizar 1 milhão a instituições que estão a lutar diariamente para apoiar milhares de portugueses a ultrapassar esta calamidade.

Que alterações estratégicas e funcionais é que foram feitas na empresa para acudir à pandemia Covid-19?

Desde há semanas que ativámos um verdadeiro plano de contingência que se destinou, em primeiro lugar, a criar as condições para não haver interrupções no abastecimento do mercado de acordo com as atuais necessidades especiais, muito superiores ao normal. Nesse contexto, ativámos contactos, protocolos e parcerias com fornecedores e parceiros de negócio no sentido de, em conjunto, minorarmos os problemas e contribuirmos para a solução. Internamente, reforçámos as nossas equipas para aumentar a rapidez e a eficácia do nosso trabalho. Para nós é ponto assente: mesmo numa situação de crise como esta, vamos lutar por mantermos o nosso serviço num nível muito elevado.

Que materiais EPI é que a RACLAC pode fornecer ao país?

A RACLAC está no mercado há muitos anos com uma oferta muito vasta de dispositivos médicos descartáveis de grande qualidade para profissionais de vários ramos, em destaque para a área da Saúde. A nossa grande referência são as luvas. No entanto, vendemos batas impermeáveis, toucas impermeáveis, balaclavas impermeáveis, fatos impermeáveis, entre dezenas outros que estão no nosso website (www.raclac.pt).

Como estão a reagir os trabalhadores da RACLAC?

Tenho muito orgulho em poder dizer que os nossos trabalhadores têm dado mostras de um empenho e de uma dedicação sem limites. São, sem a menor dúvida, autênticos guerreiros. São pessoas fantásticas que, sem sequer ser preciso pedir, sempre estiveram disponíveis e colocaram ao serviço de todos o seu conhecimento, a sua experiência e a sua força de vontade em ajudar.

Esta crise veio afetar a vossa expansão, designadamente a vossa nova fábrica, ou é uma oportunidade?

É evidente que uma crise desta dimensão tinha de afetar o plano de desenvolvimento que tínhamos para 2020. O que fizemos foi repensar toda a estratégia e assumir que o projeto muito forte que temos de internacionalização teria de ser adiado. E concentrámo-nos em dar resposta, em primeiro lugar e com prioridade máxima, às necessidades de Portugal e dos profissionais de Saúde portugueses. Neste momento, o mais importante é conseguirmos ajudar ativamente o nosso país a ultrapassar esta crise e a ganhar esta guerra. Depois, retomaremos o grande projeto que permitirá construir a RACLAC do futuro. Mas, neste momento, queremos apoiar os portugueses. Não há outra opção.

Como acha que vamos todos sair disto?

Sou, por natureza, um otimista e um realista. Não é fácil fazer previsões. Mas estou convencido que, com o empenho ativo de todos, conseguiremos dar a volta e retomar o crescimento. Vai ser difícil? Sim, mas vai ser possível. Provavelmente, daqui a algum tempo, teremos uma mais perfeita consciência de tudo o que se passou e das mudanças que esta situação provocou: nas pessoas, nos comportamentos, nas empresas, nas economias. Mas, como sabemos, ao longo da história, os mais fortes são os que melhor se conseguiram adaptar. Os que conseguiram dar passos em busca de soluções e não os que se sentaram a olhar para os problemas. Juntos vamos conseguir.

CNIS E APM ABREM CONTA SOLIDÁRIA - PT50 0036 0407 99106 019984 28

Faça o seu donativo para ajudar as IPSS a obterem Equipamentos de Proteção Individual

A APM-RedeMut e a CNIS iniciam, conjuntamente, esta sexta-feira, uma campanha de angariação de fundos com o objetivo de adquirir Equipamentos de Proteção Individual - EPI para doar às Entidades de Economia Social.

Diariamente cuidam de milhares de pessoas: idosas, com deficiência, em situação de sem abrigo, com diversas vulnerabilidades e estão a ficar sem equipamentos que protejam os seus funcionários e utentes. Por todas estas instituições, queremos contar com a ajuda de todos, para facilitar as dificuldades de acesso à aquisição destes materiais tão necessários na luta que travamos contra a COVID19.

A Autorização para Angariação de Receitas foi concedida por despacho do Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna. A operação vai ser realizada do dia 03 ao dia 09 de abril de 2020, em território nacional, através de depósito direto ou por transferência de donativos em conta bancária constituída especificamente para o efeito, no Banco Montepio (Caixa Económica Montepio Geral), com o IBAN PT50.0036.0407.99106019984.28.

Esta angariação de receitas tem como objetivo adquirir, para doar às instituições do setor social, EPI – Equipamentos de Proteção Individual, para melhor proteger os trabalhadores e utentes destas entidades – no contexto da pandemia do COVID-19.

As entidades a quem é concedida autorização para realizar angariação de fundos devem prestar contas à Secretaria-Geral do Ministério da

Administração Interna das verbas angariadas, bem como, publicitar os resultados em prazo não superior a um mês.

Diariamente será fornecida informação sobre os valores movimentados na conta bancária e vão ser iniciadas negociações para a aquisição de EPI.

PRESIDENTE DA CNIS ESTEVE COM PR POR CAUSA DA COVID-19

Lino Maia pede ajuda a Marcelo para que o Estado reforce as IPSS

O presidente da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social (CNIS), Lino Maia, esteve no dia 25 de março em reunião com o Presidente da República para dar conta das dificuldades por que passa o sector social solidário por causa da COVID-19. O líder da CNIS marcou presença no Palácio de Belém enquanto que Manuel Lemos, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, fez a reunião por videoconferência.

Os representantes do setor social informaram o Presidente da República sobre as dificuldades das instituições, sobretudo os lares de idosos, onde faltam equipamentos de proteção, voluntários e financiamento, sublinhando que os reforços iniciais de 59 milhões de euros, anunciados pelo Governo, não eram solução.

"Financeiramente, estas instituições precisam de meios. Têm custos muito elevados. Só com o trabalho os custos significam 70% das despesas e os trabalhadores não são um problema, são uma solução", afirmou o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social.

"Há a questão dos voluntários, precisamos de equipamentos de proteção individual e precisamos de facto que a comunidade não se desligue. Muitos vivem à volta destas instituições. Se isto colapsar, e não vai colapsar, então estaremos todos mal", disse o padre Lino Maia.

O presidente da CNIS pediu ajuda para garantir equipamentos que protejam um universo de um milhão de pessoas no que diz respeito aos lares - 200 mil trabalhadores e 800 mil utentes.

Lino Maia pede ao Estado que não esqueça o setor social. O reforço de 59,2 milhões de euros, recentemente anunciado, representa uma atualização de 3,5% dos contratos com as instituições

de solidariedade social, que não chega para cobrir o aumento com os custos do trabalho, nomeadamente o aumento do salário mínimo nacional, que representa um acréscimo de 5,83% nas despesas, explicou o dirigente da CNIS.

"Não é com 3,5% de atualização nos acordos que enfrentamos a situação, a crise, 3,5% não é de modo nenhum suficiente. Podem neste momento ser uma espécie de injeção, mas é preciso, de facto, olhar para este setor", defendeu.

Segundo Lino Maia, "há 40% de instituições que chegam ao fim do ano com resultados negativos". "Estas instituições não podem colapsar. Os 59 milhões de euros como uma injeção neste momento são oportunos, não solucionam. O meu medo é que se pense que injetando agora isto está tudo resolvido. Não está", alertou.

A CNIS criou equipas de acompanhamento dos lares em cada distrito. "Os idosos continuam a ser apoiados, podem ter a certeza de que não serão abandonados e é importante também que a sociedade não os abandone. As nossas crianças vão continuar a ter apoio nas instituições, os nossos trabalhadores vão continuar a vestir a camisola. Podemos ter, de facto, confiança. Não há mal que sempre dure", referiu Lino Maia.

Cláudia Raquel Andrade
Psicóloga Clínica
e Diretora Técnica na WeCareOn
Consultas Online de Psicologia,
Coaching e Bem Estar
claudiaandrade.wecareon@gmail.com

MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA À COVID-19

As intermitências da vida

O planeta Terra aguarda que a rotina dos dias se instale novamente. Mas enquanto o "Depois" não chega, vivemos um dia de cada vez, em alerta permanente. Enquanto seres humanos, somos naturalmente atraídos para o que é familiar (assim aprendemos e somos quem somos). Perante cada desafio recolhemos, de entre as nossas aprendizagens, os caminhos e soluções que se provaram mais eficazes ao longo da vida. Hoje, porém, deparamo-nos com um cenário que dificilmente antecipamos. Vasculhamos no baú de aprendizagens quais as ferramentas e recursos que melhor se poderão adaptar. Não é estranho que se instalem sensações e sentimentos que, se não forem devidamente aplacados, podem escalar para sofrimento. Ninguém está imune a este círculo vicioso do medo ou da tristeza. Mas isso não significa que não seja possível revertê-lo ou evitá-lo, gerindo estas emoções de forma mais saudável. Como, então, podemos lidar com este assustador e admirável novo mundo, pelo menos enquanto ele acontece?

Importa saber que ***os pensamentos que geramos propiciam sensações e sintomas no corpo, que por sua vez reforçam os pensamentos***. Numa frequência mental de medo, a resposta automática de proteção só dá atenção à informação que me permite antecipar o que de pior pode acontecer. Sobrevivo. Ao permitir que a intensidade do medo seja questionada, nem que seja por instantes, consigo olhar a situação de outros ângulos, vejo os perigos mas também vejo os recursos para lidar com eles. Passo a viver. Neste momento estamos longe das rotinas, longe de amigos e família, há despesas que não desaparecem, pode haver solidão ou a revelação do desconforto de viver com alguém. Frustração, zanga, medo. Tudo isto é natural! Mas também é natural sentir alguma serenidade no meio do caos, sentir que tudo vai passar, que estamos mais juntos do que nunca, e que isso parece inabalável. ***Não há emoções certas ou erradas, só há emoções. Elas dão pistas*** sobre o caminho para o conforto. Talvez seja importante refletir a que tem prestado atenção nestes dias. O perigo está presente, claro. Mas os recursos para lidar com ele também. Onde tem focado a sua atenção? Assuma a responsabilidade por aquilo que pode, efetivamente, controlar. Não consegue controlar se este vírus vai desaparecer, se vai reaparecer, as políticas de emergência definidas. Mas pode controlar e quebrar o fluxo crescente de medo ou tristeza, a forma como se cuida e à sua família.

O QUE PODEMOS FAZER?

Manter rotinas. Pode parecer estranho, mas é uma poderosa arma. Defina a hora de acordar, de deitar, o horário de trabalho (se estiver em teletrabalho), os momentos de lazer, as refeições. Dá a sensação de orientação e controlo, a resposta fisiológica de stress diminui, o sistema imunitário agradece. Crie um horário escrito afixado num local visível, com contributo de todos em casa. Defina no espaço, se possível, as áreas de trabalho, descanso, lazer e refeições. Pode fazê-lo com criatividade, fazendo placas com avisos de "silêncio" para o estudo/trabalho e faça pausas periódicas. Quando organizamos o ambiente que nos rodeia arrumamo-nos "por dentro".

Praticar exercício físico. Improvise um espaço de exercício em casa, aproveite as aulas disponíveis na internet. A prática regular de exercício (três vezes por semana) é um poderoso relaxante muscular e tem efeito antidepressivo.

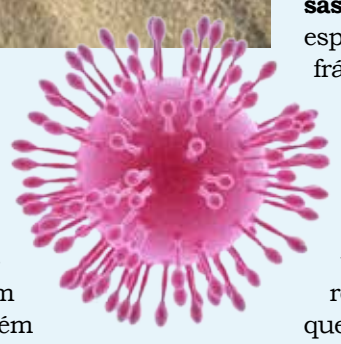
Manter a conexão. Somos seres de conexão, estamos biologicamente assim programados. As redes socias e videochamadas são ferramentas valiosas para reconectar pessoas, especialmente as mais isoladas. A solidariedade é uma das palavras-chave, seja porque decidimos ficar em casa como forma de diminuir a propagação do contágio, seja porque nos disponibilizamos para ajudar quem, mais do que nunca, precisa.

Limitar a exposição a notícias. A necessidade de informação é natural, mas quando permitimos que o medo domine, este atua como um filtro que só deixa passar o que vai ao encontro da visão de ameaça. Escolha apenas fontes credíveis (como DGS e OMS ou SNS24) veja notícias até duas vezes por dia.

Praticar a serenidade. A serenidade é um músculo que se treina,

permite-lhe entender que, no momento presente, pode estar tudo bem. Escreva sobre o que sente e pensa (a escrita é uma poderosa ferramenta terapêutica). Direcione-se para a natureza, trate das plantas em casa ou no exterior. Recorde momentos especiais através de fotografias ou símbolos desses momentos. Crie um diário de Gratidão. Volte aos seus passatempos. Pratique a generosidade. Faça exercícios de relaxamento. Medite. Pratique respiração abdominal.

Escolher uma alimentação equilibrada. Somos o que comemos. Pensamos melhor quando comemos melhor, tomamos decisões mais informadas. Beba água de forma regular, hidrate-se. É natural que a sensação de vazio surja, uma fome não fisiológica. A fome emocional surge como uma necessidade repentina de comer difícil de controlar que tem que ser saciada imediatamente, com propensão clara para alimentos calóricos, ricos em açúcar e/ou gordura. Já a fome fisiológica surge gradualmente, no limite por provocar uma ligeira dor de cabeça, pode ser satisfeita por uma grande variedade de alimentos, e a sensação de saciedade surge com a ingestão. O consumo abusivo de álcool pode também ser um problema. Esta é mais uma forma de tentar escapar à realidade, de anular a sensação de impotência que pode existir. Saiba que não está sozinho, pode pedir ajuda.



Manter a medicação. Não é o momento de parar. Assegure-se de que tem as receitas e o acesso aos medicamentos.

Gerir conflitos em casa. Não faça de cada discussão uma guerra de poder. Não há crédito de melhor ou pior argumento, sob pena de escalarmos a tensão na comunicação. Para chegar a uma solução negoceie. Tem direito a pensar e sentir o que quer que seja. E a outra pessoa também, mesmo que não entenda o porquê. Em crise, pode contar mentalmente para trás desde 2000, de 3 em três números. Não use argumentos sobre o outro ("tu isto e aquilo"), procure usar a linguagem do eu ("eu sinto isto, eu penso que"). Assuma a sua responsabilidade na situação, não acuse o outro.

Pedir ajuda. É um ato de grande coragem, pedir ajuda para si ou para quem está consigo. Trata-se de pensar no que precisa para se sentir mais seguro, saudável e confortável. Pode pedir ajuda a vizinhos, familiares, amigos, profissionais, não tenha medo. Quem realmente está "consigo" vai entender esse pedido e responderá de imediato, fazendo o melhor que pode e que sabe para encontrar o caminho de volta ao seu lugar seguro. Se estava já num processo terapêutico continue com o mesmo, agora com recurso a ferramentas de comunicação a distância como telefone ou videochamada. E se vive uma situação de abuso ou violência, saiba que pode ligar para a APAV no 116 006, chamada gratuita.

Acalmar as crianças. Transmitir segurança às crianças passa por sermos sinceros, usando linguagem acessível. Isto é uma novidade para todos e as crianças podem saber disso. Estamos todos a fazer o melhor que sabemos e podemos. Explique que o melhor agora é ficarmos todos em casa, por causa deste vírus que se passa facilmente entre pessoas. Celebre o esforço da criança, o facto de ser solidário ao ficar em casa, protegendo-se e às pessoas. E se não souber uma resposta assuma-o e comprometa-se a tentar saber. Explique o que pode acontecer se houver sintomas, a possibilidade de ir ao hospital algum tempo para receber ajuda. Responda diretamente ao que lhe pergunta a criança e no final pergunte se há dúvidas ainda e como se sente. Escute. Escutar é talvez o mais importante. Compreenda que, às vezes, são os seus próprios medos que ganham dimensão quando não sabe o que responder. Aproveite para realizar atividades em conjunto, aprenda mais sobre a criança. E se houver alterações significativas no comportamento dela compreenda que podem ser um mecanismo de proteção. Acarinhe-a, tranquilize-a com a rotina dos dias, mostre-lhe o seu amor. Se for necessário, peça ajuda profissional.

Celebre as pessoas idosas. Mantenha o contacto, especialmente com as mais frágeis. Se necessário, ajude a instalar aplicações de comunicação pela internet e explique os passos básicos. Faça questão de lhe falar sem tempo contado. Se houver dificuldade em adormecer, ligue-lhe nesse momento e tranquilize-o. Sugira tarefas para o dia seguinte e mostre-se interessado depois. Preste atenção aos sinais de desorientação temporal ou espacial, perda de memória ou de capacidade para realizar tarefas habituais. Assegure-se que tem a medicação habitual. Pode acontecer que um idoso nem sempre entenda e colabore com as medidas de segurança. Fale-lhe com calma, como gostaria que lhe falassem nessa idade, e entenda que é provável que ele já tenha passado por coisas que o tenha deixado com a sensação de que pior não é possível. Explique que se preocupa com ele, que lhe faz falta. E mostre-lhe que é uma pessoa essencial na luta contra a contaminação. Agradeça. Por tudo.

E QUANDO CHEGAR O "DEPOIS"...

Depois desta experiência, pode acontecer que nada fique igual. Ou que o "igual" se instale bem devagar. Permita dar-se tempo, o seu tempo para se adaptar novamente, agora com informação preciosa que obteve ao longo do isolamento que todos vivemos. Aprenderemos todos mais sobre quem somos. Quando tudo isto passar, como gostaria de se recordar de si e das suas decisões nesta fase?

Fontes de informação:
https://youtu.be/-15nnIqeBTk
https://wecareon.com/como-lidar-com-o-stress-do-covid-19/
https://wecareon.com/covid-19-os-psicologos-de-todo-o-mundo-recomendam/
https://www.youtube.com/watch?v=U0GXM9Yux-s
https://covid19.min-saude.pt/
https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen
https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/covid_19_luto.pdf
http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/doc_covid_19_opp.pdf
http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/como_lidar_com_o_stress_durante_o_surto_de_codvid19.pdf

ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DA FREGUESIA DE BRITELO, PONTE DA BARCA

Ainda há na zona muitas habitações sem casa de banho nem eletricidade

Em dezembro próximo, a Associação Social e Cultural da Freguesia de Britelo celebra o 20º aniversário. A instituição do concelho de Ponte da Barca serve uma população muito envelhecida num território que ainda tem alguns casos em que as habitações não têm casa de banho nem eletricidade. Estando já aplicar todas as orientações e recomendações emanadas pelas autoridades, a instituição, reconhecendo o esforço e dedicação das trabalhadoras nesta hora difícil de combate à Covid-19, decidiu atribuir um subsídio de risco no valor de 100 euros mês a cada funcionária.

Apesar de ter nascido com o objetivo de conseguir construir uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), a Associação Social e Cultural da Freguesia de Britelo desenvolve apenas a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário.

No entanto, e face à falta de condições das habitações de vários utentes, estes passam os dias na instituição, que está, de momento, a providenciar a criação de um centro de dia.

Atualmente, e desde que a pandemia da Covid-19 se abateu sobre Portugal, os utentes têm que ficar nos seus domicílios, o que nem todos ainda percebem muito bem, uma vez que preferem passar os dias na Associação.

"Os utentes estão sempre a perguntar às funcionárias quando é que voltam para a instituição", começa por dizer Joana Cruz, diretora de serviços da instituição, confessando que, no início, teve "alguma dificuldade em mantê-los em casa".

Assim que foi dado o primeiro alerta pelas autoridades da Saúde, a Associação pôs em prática o seu plano de contingência.

"Começámos logo a funcionar em espelho, com duas equipas, uma a trabalhar e a outra em casa, trocando a cada cinco dias", explica, avançando que, para já, "não foi preciso reforçar o quadro de pessoal, mas a diretora de serviços está aqui de bata a lavar panelas".

Reconhecendo o empenho e disponibilidade das trabalhadoras, "a Direção da Associação decidiu atribuir um subsídio de risco a cada uma no valor de 100 euros mês", sublinha Joana Cruz.

Quando o SOLIDARIEDADE visitou a instituição a Covid-19 ainda era só um problema chinês, por isso ainda foi possível ver, conversar e fotografar os utentes na instituição, que ocupa o edifício de uma antiga escola primária.

Depois de um período mais conturbado, a instituição apostou na melhoria dos serviços e na angariação de mais utentes, com o fito na sustentabilidade. Hoje serve 30 idosos com uma equipa de oito funcionárias.

"Na criação da Associação o objetivo, como está nos estatutos, era a criação de um lar de idosos, no entanto, para tal é preciso muito dinheiro e outra capacidade que, para já, a instituição ainda não tem", afirma Joana Cruz, acrescentando: "Porém, desde que cá cheguei, em 2015, o objetivo é estabelecer um centro de dia. Temos que dar um passo de cada vez. Não podemos ir do SAD logo para o lar de idosos. Vamos, primeiro, passar por um centro de dia, criando as melhores condições para que os utentes aqui possam estar durante o dia, assegurando-lhes alguns serviços quando eles ao fim do dia vão para casa. O propósito é tratá-los com qualidade, prevenindo e adiando a institucionalização".

Para Joana Cruz, se a instituição fizer "um trabalho com mais proximidade e mais individualizado a cada utente consegue prevenir aquilo de que os idosos mais receio têm, que é a ida para o lar".

Como foi possível observar, no edifício da antiga escola primária decorriam obras de

beneficiação do espaço interior, a fim de criar condições para a implementação do centro de dia.

"Temos esta obra em curso, com o objetivo de conseguirmos licenciar o centro de dia para 20 utentes. Temos utentes que já passam os dias aqui na instituição. Apesar de serem utentes de SAD, passam o dia connosco, porque não têm condições em casa", explica a diretora de serviços, revelando as mudanças que já introduziram na instituição: "Por isso, optámos por ter mais uma funcionária e assim podemos fazer a recolha dos utentes, que aqui passam os dias, fazendo as mais diversas atividades. São cerca de 10 que passam o dia na instituição".

Na prática, o centro de dia já funciona, estando em falta o licenciamento e o acordo de cooperação com a Segurança Social, daí as obras que estão a decorrer.

Ao serviço estão seis carrinhas, não todas para o SAD, porque, para além da recolha dos utentes, a instituição desenvolve também muitas atividades ao longo do mês, pelo que são necessárias viaturas para transportar os utentes.

Em termos de SAD, a instituição abrange o território das freguesias de Britelo e Lindoso.

"Temos pedidos de outras freguesias, mas há uma outra instituição numa freguesia vizinha, que é maior, pelo que não se justifica andarem várias carrinhas a fazer os mesmos percursos. É algo insustentável. Sempre que nos chega um pedido dessa freguesia, primeiro encaminhamo-los para essa outra instituição", refere Joana Cruz, que lembra: "Estas são as duas maiores freguesias do concelho de Ponta da Barca e para levar as refeições a Lindoso são 15 quilómetros para cada lado. E fazemos três viagens, porque levamos pequeno-almoço, almoço e lanche".

Sendo uma instituição pequena, situada num território envelhecido e com muitas carências a nível social.

"Temos que fazer um grande esforço para manter as contas equilibradas, vamos tenteando o dinheiro, mas é difícil, porque a situação financeira não é folgada", refere o tesoureiro Luís Soares, que adianta: "Este é um meio muito isolado e ainda agora as coisas estão melhores em termos de acessos, mas mesmo assim... E a Associação será, dentro em breve, a grande entidade empregadora aqui da zona. Temos uma população muito velha e que precisa de muito apoio e cada vez de mais serviços".

"Temos alguns utentes com reformas bastante avantajadas, cerca de 10% do total, que eram funcionários da EDP, guardas florestais e fiscais, mas esses utentes têm muita idade e são cada vez menos. O resto são pessoas com reformas da agricultura", sustenta Joana Cruz.

Para equilibrar as contas, para além das comparticipações dos utentes e da Segurança Social, a instituição conta com a quotização dos associados e promove ainda algumas iniciativas de angariação de fundos.

"Como os nossos estatutos preveem também serviços aos associados, como transportes e acompanhamento a consultas médicas, temos desenvolvido essa vertente, o que constitui uma fonte de receita. Os transportes a utentes e a associados são pagos à parte e são uma boa receita que temos, por vezes, paga mesmo o combustível do mês", revela a diretora de serviços, que sobre a situação financeira refere: "É equilibrada e apertada e não dá para grandes voos. O acordo com a Segurança Social não leva em conta se temos que andar 15, 20 ou 30 quilómetros, o tipo de caminhos que temos que percorrer, como alguns que só dá para passar arranhando os espelhos das carrinhas ou outros que as carrinhas nem passam. São acordos iguais para toda a gente, mas devia considerar estas situações. Devia haver uma descriminação positiva".

Joana Cruz sublinha que as condições de habitabilidade de muitas pessoas nas freguesias que a instituição serve são muito precárias.

"Ainda temos por aqui muitas habitações sem casa de banho e sem eletricidade. Por isso é que as pessoas preferem estar aqui e de inverno a situação piora, porque as casas não têm condições. Nesse sentido, tentamos que estejam aqui connosco e que vão só para casa para comer a sopa que levam daqui e depois dormir", afirma, destacando que a média etária dos utentes está acima dos 80 anos. "A mais velha tem 95, mas é gente muito autónoma. É gente rija. Gente de ainda tomar o bagacinho de manhã!", revela, sorrindo.

Contando ter o centro de dia pronto a entrar em funcionamento em 2021, Joana Cruz revela que a Associação integra ainda o Plano Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), até

2023, distribuindo alimentos a 68 pessoas necessitadas dos concelhos de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez.

E se os caminhos que as carrinhas da instituição têm que percorrer para servir os utentes nas suas casas são um problema constante, a Associação depara-se com uma dificuldade ainda maior.

"A grande dificuldade prende-se com os recursos humanos. É muito difícil contratar pessoal. Encontrar a pessoa certa para trabalhar com idosos, que necessitam de uma especial atenção, é muito difícil. Neste trabalho, apenas quem gosta é que consegue ser capaz. A formação não é suficiente para se fazer este trabalho, é preciso ter gosto por aquilo que se faz. Neste momento, escasseia quem goste de trabalhar com idosos", assevera Joana Cruz, sublinhando: "Aqui trabalhamos como uma família e isso vê-se no relacionamento com os utentes e com os fornecedores. Por isso, o presidente da Câmara de Ponte da Barca diz que nós trabalhamos com o coração".

Como seria Britelo sem a Associação?

"Era muito diferente. E as pessoas, cada vez mais, têm consciência disso e dizem que ainda bem que existe a Associação. Se não fosse a Associação o que era deste ou daquele...", refere Joana Cruz, rematando Luís Soares: "Se calhar, a maior parte dos utentes que aqui estão já não estavam vivos".

E DEPOIS DA CRISE COVID-19?

Se for possível e necessário as IPSS vão ter creches, infantários e ATL abertos em agosto

Sem fazer previsões nem antecipar cenários para o pós-crise Covid-19 o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Padre Lino Maia, disse ao JN que as cerca de cinco mil IPSS estão disponíveis para ter a funcionar "em pleno", durante o mês de agosto, creches, jardins de infância e as atividades de tempos livres.

Há uma nova realidade que não deixa fazer planos a médio e longo prazo mas, diz Lino Maia, "uma coisa parece ser certa: não haverá escola nos meses de verão e os pais, já sem férias, estarão a trabalhar e é preciso que alguém cuide dos bebés e das crianças".

Assim sendo, as IPSS preparam uma nova resposta social. "Perante a situação atípica que vivemos, este ano, o verão vai ser muito diferente", disse o padre Lino Maia. Em anos anteriores, alguns infantários abriam em agosto, mas apenas para situações excecionais. Desta vez, abrir portas a todas crianças, prestando todos os serviços, "é cada vez mais real".

Se em Agosto as pessoas puderem retomar as suas vidas normais o verão não vai ser de férias. Creches, jardins de infância e atividades de tempos livres (ATL) deverão manter-se abertas e a funcionar em pleno durante o mês em que o país costuma parar. Tudo para ajudar os pais que, neste momento e graças à atual pandemia, estão impossibilitados de trabalhar por estarem a gozar dias de férias ou por terem sido colocados em regime de layoff ou, pior do que isso, por terem perdido os respetivos empregos.

O presidente da CNIS ainda assim, cautelosamente, alerta que é preciso concentrar todos os esforços no presente: "Neste momento a nossa preocupação é a de proteger os idosos, que estão nos nossos lares, que estão apoiados no apoio domiciliário e nos centros de dia, porque são uma população mais frágil, que precisa de facto de muita atenção para que não se alastre o vírus."

A Covid-19 e o estado de emergência obrigaram muitos pais a tirar dias de férias para ficar em casa com os filhos. Para que os pais possam ter onde deixar os filhos, Lino Maia, presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade, assegura que as IPSS estão disponíveis para funcionar durante o verão, caso seja necessário. "Infelizmente, esta pandemia está para durar entre nós. Portanto, teremos uma estação única: a estação da pandemia. Vamos estar sempre atentos, tentando sempre estar na solução, na proteção, no apoio. Se, na altura, houver condições, penso que as instituições que têm creches abrirão no mês de agosto para que os pais possam trabalhar".

Ao JN, diversos responsáveis de IPSS confirmaram a disponibilidade para ajudar o país quando chegar a hora de regressar ao trabalho. Ainda assim, no limite, a decisão de funcionar ou não durante agosto será sempre tomada por cada uma das quase cinco mil IPSS em Portugal.

DIRIGENTES DE TODO O PAÍS RECONHECEM EMPENHO E DEDICAÇÃO

Profissionais das IPSS estão a ser uns heróis

No combate à Covid-19 as IPSS têm sido um elemento essencial na proteção de um vasto número de pessoas, que integram o grupo de maior risco, para que não inundem hospitais e morgues. Até agora a resiliência das instituições, alicerçadas no desempenho e dedicação abnegada dos seus trabalhadores tem conseguido travar o vírus e evitar uma calamidade humana (basta olhar para Espanha!). Os dirigentes não regateiam elogios aos profissionais das instituições, ao mesmo tempo que reclamam por mais equipamento de proteção individual e por um olhar mais atento do Governo para o pernicioso que este período está a ser para as contas das IPSS que já estavam muito frágeis.

Duas semanas volvidas sobre o início do estado de emergência em Portugal e, sensivelmente três desde que as autoridades começaram a tomar medidas efetivas e os portugueses se resguardaram em casa, o SOLIDARIEDADE fez uma ronda por todos os distritos do território continental para sentir o pulso às IPSS.

Sabendo-se que a Covid-19 tem uma letalidade elevada junto das pessoas acima dos 60 anos, ainda mais dramática ainda acima dos 70, olhando-se aos cenários dos países vizinhos e, especialmente em Espanha e França no que toca aos lares de idosos (à hora de fecho desta edição os relatos davam conta de que a situação em Inglaterra também se começava a agravar bastante), passadas as três primeiras semanas de efetivo combate ao novo coronavírus o retrato, possível, do panorama nas IPSS é bastante tranquilizador.

É certo que têm existido casos, ainda assim pontuais, provavelmente outros surgirão, mas, pelo transmitido pelos dirigentes distritais, a situação é tranquila e, nesta altura, estava controlada.

No entanto, dentre um manancial de problemas, dificuldades e preocupações, há uma unanimidade quanto ao desempenho dos trabalhadores das instituições, que de forma abnegada e muito solidária têm zelado pelo bem-estar dos utentes, colocando mesmo os cuidados aos utentes, sejam dos lares, sejam do apoio domiciliário, à frente das próprias famílias.

"Os trabalhadores têm tido um papel incrível, um desempenho exemplar no sentido da entrega. Vestiram a camisola da solidariedade feita ação de uma forma muito empenhada", referiu José Carlos Batalha, da UDIPSS Lisboa.

Estar ao serviço já é um desafio, pois há o medo de contaminar utentes, mas também de contaminar o ambiente familiar, o que deixa muitos receosos.

"Os trabalhadores têm-se esforçado. Há um pânico geral… As pessoas estão com medo, mas fazem o que podem. Sente-se que há mobilização dos trabalhadores, que mesmo sobrecarregados pela falta de pessoal e pelos turnos mais alargados tê feito um trabalho extraordinário. Sem este trabalho as coisas estariam muito piores. Tenho conhecimento de funcionárias que podiam ter alegado apoio à família, porque têm filhos, mas como têm retaguarda familiar, optaram por estar ao serviço", sustenta Tiago Abalroado, da UDIPSS Évora.

Para José Carlos Arede, da UDIPSS Aveiro, "os funcionários têm sido fabulosos e demonstra o espírito que se cultiva dentro das instituições".

Também na Guarda o sentimento é de grande solidariedade. "Há uma mobilização generalizada, com muita gente a fazer turnos de mais de oito horas. Tem havido muita compreensão dos trabalhadores e os que estão ao serviço desdobram-se bastante", referiu Rui Reis, da UDIPSS Guarda.

"Tem havido grande dedicação dos trabalhadores. Proativamente, houve muitas instituições que cedo implementaram o trabalho em espelho, com muitos trabalhadores a laborarem em contínuo", adiantou o cónego Roberto Mariz, da UDIPSS Braga.

Este é o cenário por todo o país, com as instituições a terem que se adaptar rapidamente a, por um lado, uma quebra de pessoal em virtude de algumas trabalhadoras terem ido para casa por causa dos filhos ou porque tiveram de entrar em quarentena, mas também no reescalonamento das escalas, que tem exigido muito mais dos trabalhadores que permanecem ao serviço.

Há inclusive imensos casos em que as instituições reafetaram pessoal das valências de infância, todas fechadas, para o apoio aos idosos, especialmente no Serviço de Apoio Domiciliário, que por sua vez teve um crescimento de utentes pelo encerramento dos centros de dia e centros de convívio.

"Somos todos uns heróis. Os colaboradores e os dirigentes estão todos unidos contra o inimigo comum. Mesmo na pandemia estamos preocupados e atentos para conseguirmos que os nossos utentes não sejam infetados", afirma Maria de Lurdes Pombo, da UDIPSS Castelo Branco.

"O que se passou em Espanha assustou... Temos trabalhadores 15 dias seguidos na instituição, para depois trocarem com outra equipa. Há gente a fazer um grande esforço, tem havido um vestir da camisola de forma muito empenhada", reiterou Filomena Araújo, da UDIPSS Viana do Castelo.

"As equipas estão muito motivadas. Os trabalhadores estão muito empenhados, mas há muito medo. No entanto, tem havido um reforço das boas práticas porque é necessário cuidar dos idosos", afirmou, por seu turno, Paula Pimentel, da UIPSSD Bragança.

"Há trabalhadores que têm que fazer o trabalho de dois ou três, mas tem havido um enorme espírito solidário. É um exemplo", assevera Gil Tavares, da UDIPSS Coimbra.

"Não há nada a apontar aos trabalhadores, estão de alma e coração nesta luta. Têm correspondido de uma forma exemplar e todos sabemos dos salários baixos que auferem. E há que não esquecer o acréscimo de horas que esta gente está a fazer que, depois, é preciso pagar... E as instituições não têm dinheiro", alertou João Carlos Laranjo, da UDIPSS Portalegre.

FALTA EPI

Os relatos dos dirigentes distritais das uniões distritais das IPSS é a prova de que a situação em Portugal tem estado bastante calma, comparando com outras aqui bem perto, porque na linha da frente estão também as instituições e os seus trabalhadores, que têm impedido ao máximo que os idosos a seu cuidado engrossem as listas de infetados e inundem os hospitais.

"As IPSS, como é hábito em crise, sabem responder e têm gente empenhada e trabalhadora, sempre pronta a ajudar os outros", lembrou José Costa, da UDIPSS Viseu.

No entanto, este tem sido um combate travado com bastantes dificuldades. Se o empenho e dedicação dos trabalhadores das IPSS tem sido enorme em todo o país, transversal a todos os distritos é a falta de testes, a falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e também a carência de recursos humanos.

Ainda antes de as autoridades o aconselharem, muitas IPSS por este país fora já tinham implementado os seus planos de contingência. Muitas já haviam suspendido as visitas.

Este trabalho preventivo, com o desdobramento das equipas, a transferência de pessoal da infância para os idosos e todo um sem número de adaptações que as instituições fizeram para se proteger.

Contudo, o lamento é geral pela falta de testes, o que serviria para mais rapidamente se detetarem infetados e potenciais contaminadores.

Mantendo-se os ambientes residenciais protegidos, o perigo surge da indispensável entrada e saída dos funcionários.

A generalidade dos responsáveis distritais com quem o SOLIADRIEDADE falou transmitiram isso mesmo. É preciso testar o máximo possível para evitar que o vírus entre e se espalhe nas instituições.

E para que a proteção de utentes e trabalhadores seja o mais eficaz possível são necessários EPI.

Em todos os distritos as instituições clamam por material de proteção individual. É sabido que muitos lares, não sendo hospitais, prestam um sem número de cuidados médicos aos seus utentes. Nesta fase, a proteção nas Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI), nos Lares Residenciais e nas Unidades de Cuidados Continuados (UCCI) é essencial, pois são grupos de risco que ali habitam e, à semelhança do que já aconteceu em Espanha, podem ser um fornecedor muito ativo de número para as listas de mortalidade, mas também para as dos hospitais.

Em Portugal até à segunda semana do estado de emergência os hospitais ainda não tinham entrado em rutura, porque as instituições têm

PADRE JOSÉ LOPES BAPTISTA

Dois apelos que são dois desafios

Dirigir, trabalhar, ser voluntário numa IPSS exige uma grande capacidade de entrega ao outro, sendo esta pandemia que estamos a viver um dos nossos maiores testes de entrega ao outro. Temo-lo presenciado no dia-a-dia das nossas IPSS.

É pedido aos dirigentes que continuem a tomar decisões, muitas vezes difíceis, dando corpo e voz à sua comunidade humana. E que a façam chegar junto das suas Uniões, da Confederação e do Governo. É pedido aos trabalhadores que não percam, e não têm perdido, a força e a esperança e continuem a luta pela saúde, pela segurança e bem-estar dos seus utentes, muitas vezes em detrimento deles próprios e das suas famílias. Creio que todos o estão a fazer a sua entrega de forma radical. Aliás, esta é a sua forma de estar numa IPSS.

Permitam-me, entretanto, que, para aqueles que trabalham nas instituições de Solidariedade Social, deixe dois apelos e, ao mesmo tempo, desafios: 1) aos que fazem o seu trabalho presencialmente e que vão continuar a cuidar, a proteger e a garantir o bem-estar dos seus utentes e outros, num difícil equilíbrio entre o medo e o sentido de missão, nunca deixem que o primeiro os vença. Aqui vai o apelo para os trabalhadores nos lares, centros de dia, daqueles que cuidam dos sem-abrigo, das instituições que acolhem crianças, jovens, mulheres vítimas de violência doméstica; 2) também aos que não podem fazer o seu trabalho presencialmente, por decisão governamental, mas que continuam a trabalhar e a reinventar-se, pois o sentido de missão assim o determina. O encerramento foi decretado em nome de um bem maior, é certo, mas a vulnerabilidade social vai aumentando pouco a pouco. E é preciso continuar a cuidar daqueles que são a nossa razão de ser, através de uma "presença" junto de crianças, jovens, famílias e de outros mais vulneráveis.

Termino. Embora adivinhemos que todos iremos sair desta pandemia mais magoados, mais fragilizados e cansados, todavia, creio, por outro lado, que iremos sair mais fortalecidos pela solidariedade feita comunhão humana, alicerçada por um coração profundamente humano e por um amor sem limites.

sido um grande tampão.

Esta situação torna-se pertinente porque há muitas instituições que, pela sua dimensão, não conseguem trabalhar em espelho, ou seja, ter uma equipa de prevenção em casa e outra a laborar em contínuo.

"Os testes não chegam e com as pessoas a entrar e a sair das instituições torna-se perigoso", alertou João Carlos Laranjo, que apontou ainda outra situação que preocupa as IPSS: "Os voluntários e destacados do Centro de Emprego são testados antes de irem para as instituições ou não? É preciso rigor, senão as instituições não querem essas pessoas".

Como muitos dirigentes referiram, as instituições não têm grandes stocks de EPI. Têm-nos para as necessidades correntes, umas mais do que as outras. Com a necessidade do momento, por todo o país o mercado não está a responder e, muitas vezes, responde de forma especulativa.

"Um artigo que dantes custava dois euros, agora pedem-nos 20 euros", lamentou Nuno Farinha, de Beja.

"Os EPI é que são o calcanhar de Aquiles das IPSS. Temos que estar a comprar a preços exorbitantes", reclamou José Carlos Arede.

Para Borges Machado, da UDIPSS Vila Real, é necessário encontrar soluções para fornecer as instituições de EPI, mas também "dar formação às direções técnicas e trabalhadores de como vestir e despir os equipamentos corretamente e em segurança".

Por outro lado, a aquisição extraordinária de EPI vai, com certeza, levantar problemas financeiros às instituições e os seus dirigentes estão já bastante preocupados com isso.

Muitos referem o facto de a situação das instituições antes da Covid-19 já não ser boa e que, obviamente, será agravada com esta situação.

A este investimento inesperado e avultado junta-se um outro problema que muitas IPSS já estão a começar a sentir.

Com a obrigatoriedade de suspensão das respostas para a infância e juventude e com as crianças em casa, começa a colocar-se o problema das mensalidades das creches, infantários e ATL.

"Há instituições a queixar-se porque há pais que não querem pagar as mensalidades", revelou Eduardo Mourinha, da UDIPSS Santarém.

A UDIPSS Lisboa recolheu dados junto das suas associadas e, com menos de 50% de respostas ao inquérito, o prejuízo é de cerca de três milhões de euros.

"Antes da Covid-19 já muitas instituições estavam em perigo. Agora, se o pilar das famílias falhar, a casa vai abaixo", asseverou José Carlos Batalha.

Ainda assim, a sociedade tem-se mobilizado e tem tentado ajudar. No distrito de Leiria a indústria, de têxtil e de plásticos, está a adaptar a sua produção para produzir material de proteção. Em Beja, há fornecedores de produtos que as instituições habitualmente gastam e que os estão a oferecer para que elas possam canalizar os seus recursos para a aquisição de desinfetante, luvas, e demais EPI.

Também as autarquias têm estado bastante disponíveis para apoiar as instituições. Umas mais do que outras, mas há exemplos muito

elucidativos, como o da Régua, em que o município comprou testes para rastrear todos os trabalhadores e utentes de todas as IPSS. Muitas outras já prepararam espaços de retaguarda para a necessidade de transferir utentes para desinfeção dos equipamentos sociais. Outras têm fornecido EPI.

Também na sociedade civil há a noção de que as IPSS são um elemento essencial na luta contra a Covid-19 e que proteger aquelas que elas cuidam e acolhem é essencial para manter a curva achatada, adiando o máximo possível que o novo coronavírus entre nas instituições. O que, diga-se, seria algo devastador.

Esperança, força, confiança, resiliência, muita resiliência, ânimo, cautela, solidariedade, união e coragem são as palavras mais usadas pelos dirigentes distritais com quem o SOLIDARIEDADE falou na construção das mensagens que enviam para todos os dirigentes, trabalhadores, utentes, famílias e comunidade em geral.

"Resiliência. As instituições têm que aguentar. Este é um sector muito importante na sociedade portuguesa, porque se as instituições fecham o país vai para o buraco", argumentou Eduardo Mourinha.

Bom seria, como afirmou Maria de Lurdes Pombo, era "que o vírus não se lembrasse de nós nas instituições".

Até ao momento, as IPSS têm estado à altura do desafio, os poucos casos que houve no seu seio são pontuais, mas a luta ainda agora começou, pois trata-se da população mais frágil e mais afetada pela Covid-19.

É uma luta sem tréguas, frente a um inimigo invisível e letal, que atenta contra a nossa memória e a nossa sabedoria enquanto país: os nossos mais velhos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista

A grande crise

São muitas as opiniões que afirmam que depois da crise do coronovírus nada será como dantes. Então, como será depois? Mudaremos de comportamento? Colocaremos o coletivo à frente do individualismo? O chamado neoliberalismo terá os dias contados? Apelaremos mais ao intervencionismo do Estado? As teorias Keynesianas sairão reforçadas? As políticas sociais públicas terão outra focalização e vão privilegiar a proximidade? O projeto da União Europeia caminhará no sentido de uma maior integração política e económica? O teletrabalho vai ser fortemente incrementado? O ensino à distância passará a ser um pilar essencial dos sistemas educativos? Os populismos e os autoritarismos dos Estados irão proliferar ou, pelo contrário, um maior reforço da consciência coletiva será suficiente para a sua rejeição? O consumo desenfreado sentido como indicador de felicidade será atenuado? O combate à pobreza e às desigualdades será uma prioridade global? O ter e o parecer vão regredir em relação ao ser? A globalização terá uma maior regulação? O poder estará cada vez mais nas mãos de quem domina os nós das mega conetividades à escala global?

Ainda não é possível termos respostas para todas estas perguntas. Apenas percebemos que hoje a prioridade é a saúde pública e há uma clara preocupação para tentar salvar, pelo menos uma parte da economia, especialmente no que respeita à menor perda possível de emprego e rendimentos. Em tudo o resto há apenas opiniões, a maior parte das vezes muito pouco fundamentadas.

Dadas as circunstâncias, o funcionamento da economia vai depender, em larga medida, das decisões tomadas pelos Estados e daí que o chamado mercado parece ir ter, no futuro, poderes mais limitados. Vamos passar de um tempo em que a preocupação maior tinha a ver com a acumulação de capital, a um novo tempo de uma economia baseada na gestão da dívida.

Um aspeto que parece ser claro prende-se com a ideia de que a saída desta crise não pode ser encontrada país a país e, por isso, os conceitos de solidariedade e cooperação deveriam impor-se não por uma questão de "ideal", mas como uma necessidade urgente.

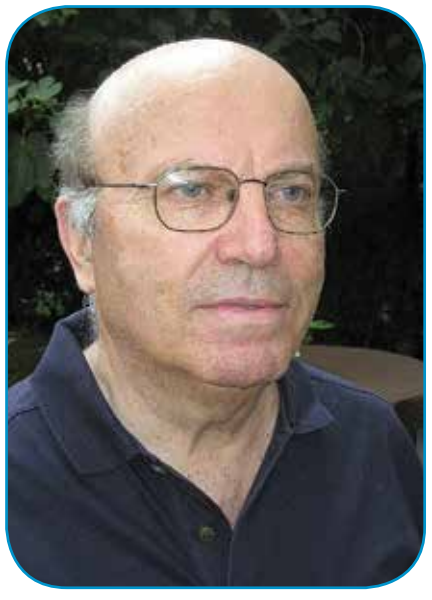
A este respeito, os sinais transmitidos pela União Europeia são muito contraditórios. Por um lado, foi autorizado que os Estados Membros possam ultrapassar o limite do deficit de 3% e as empresas receber auxílios dos Estados mas, por outro lado, são claras as dificuldades em admitir que entre em funcionamento uma qualquer espécie de mutualização da dívida e em coordenar aspetos técnicos de combate à epidemia.

Quanto à emissão de dívida pública europeia, o problema de fundo tem a ver com a forma muito incompleta com que a moeda única foi criada. Perante esta realidade, este é o tempo da União Europeia preparar urgentemente a conclusão desse projeto político. Trata-se de uma verdadeira situação de emergência. Ou a Europa faz o que falta para consolidar de forma definitiva a zona euro, ou o projeto de integração económica e política mais sofisticado do planeta desaparecerá.

Este é um dos momentos da história em que são precisos líderes à altura da situação que vivemos. Líderes que percebam que o maior ensinamento que o vírus nos proporcionou tem a ver com a existência de valores que estão bem acima do culto do individualismo e de visões de curto prazo.

Precisamos da política no seu esplendor. É neste ponto que as minhas dúvidas são mais intensas.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



O coronavírus e o erro dos negacionistas

Uma das lições que o novo coronavírus veio recuperar é a de que há governos com dificuldade em admitir tragédias de grandes dimensões no seu país. Durante muitos anos, alguns regimes ditatoriais, mais ou menos assumidos, fizeram questão de esconder, ou mesmo negar, a ocorrência de desastres naturais no seu território, como aconteceu por exemplo em 2006 na Birmânia, hoje Myanmar, então governada por uma junta militar. No seu negacionismo, os militares chegaram ao ponto de recusar auxílio internacional, por ocasião do desastre humanitário que atingiu o país nesse ano. Era como se essa tragédia viesse manchar a imagem paradisíaca do país que eles faziam questão de exibir, como um dos grandes trunfos da sua governação.

Hoje, as tragédias ainda podem ser pretexto para alguns políticos e chefes de governo darem provas visíveis do seu populismo e do peso que esta nova ideologia tem no mundo. O populismo é um vírus que se tem espalhado um pouco por toda a parte, e o seu poder de disseminação parece superar largamente os perigos de uma certa irracionalidade. O aparecimento do novo coronavírus foi um bom pretexto para que alguns adeptos dessa ideologia viessem muito rapidamente para a luz do dia. Falamos, antes de mais, de Donald Trump, o presidente norte-americano que, embora sem surpresa para a opinião pública internacional, se apressou a desvalorizar o perigo que a nova doença representava para o mundo, como se o seu país dela estivesse imunizado. O tom displicente como ele abordou o problema, pelo menos no início, só veio justificar o receio de que, na sequência das eleições do próximo mês de Novembro, o estado mais poderoso do mundo continue a ser governado por um homem que já demonstrou não possuir qualidades humanas e políticas suficientes para justificar a assunção de uma tal responsabilidade.

A esperança de quantos não querem a sua continuidade na Casa Branca reside apenas no previsível agravamento da crise económica mundial que o vírus já está a provocar, mas esta será também uma solução demasiado perigosa para todo o mundo, inclusivamente para a América. Com a grave crise económica que já se faz sentir nos Estados Unidos, Donald Trump vê muito mais reduzidas as suas esperanças de continuar na Casa Branca e esse é, para muitos, o único aspecto positivo da tragédia provocada por esta pandemia.

É preciso reconhecer, no entanto, que Trump não esteve sozinho no seu comportamento inicial negacionista. O chefe de governo britânico, Boris Johnson, e o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, entre outros, alinharam pelo mesmo diapasão. Só que o primeiro, já afectado entretanto, foi na onda apenas inicialmente, mas o segundo, mantem-se ridiculamente fiel a esse populismo. É verdade que alguns desses negacionistas, como Trump, viram-se obrigados a alinhar agora no combate ao Covid 19, mas esta conversão já não é suficiente para salvar a sua imagem.

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do Centro Social de Ermesinde

O cerco do Porto

1 – Pela primeira vez em 35 anos, não poderei este ano acompanhar a rebentação das minhas videiras, vigiar a implantação dos gamões ao longo das varas, remover os rebentos-ladrão que diminuem a aptidão produtiva, amparar e aramar as varas produtivas, preparar, na vinha, a próxima colheita – tudo tarefas que costumo reservar para mim próprio, quer pelo princípio arreigado no mundo rural de que o dono é o que melhor cuida do que é seu, quer pelo postulado maoista de que é mister os trabalhadores intelectuais meterem a mão na massa e exercerem trabalho braçal, ou manual, para arredar tentações pequeno-burguesas.

Também me será vedado, por determinação administrativa e por amor à vida, averiguar se finalmente as cerejeiras que plantei nos últimos anos me deixam provar o seu fruto rutilante, depois de os melros cobrarem justificadamente as suas primícias.

("E o melro entretanto,/ Honesto como um santo,/ Mal vinha no oriente/ A madrugada clara,/ Já ele andava jovial, inquieto,/ Comendo alegremente, honradamente,/ Todos os parasitas da seara/ Desde a formiga ao mais pequeno inseto./ E apesar disto o rude proletário,/ O bom trabalhador,/Nunca exigiu aumento de salário." – Guerra Junqueiro, O Melro, in "A Velhice do Padre Eterno")

Da mesma forma, na Primavera que por estes dias enganosamente entrou no calendário, não cheirarei o perfume da flor das laranjeiras que tenho plantado nas bordas do Tâmega, e cujos frutos pedem meças em doçura aos do Algarve, do Tua ou da Pala.

Também suspeito não poder, no tempo próprio, colher as framboesas silvestres que constituem um dos motivos de orgulho da minha condição de lavrador.

São estes tempos, na verdade, tempos que nos fazem mossa, e que perturbam a ciência certa que antes detínhamos, sabendo como seria o dia de amanhã – e de depois de amanhã, e por todos os séculos ...

Pensávamos que eramos donos e senhores do tempo, do futuro, do progresso, dos amanhãs luminosos – e eis que um pequeníssimo vírus põe em cheque todo o nosso poder sobre as coisas e sobre o mundo.

Agora, na verdade, o nosso mundo mudou – e nunca mais será o mesmo.

Muitos de nós partiram para um "destino enigmático", como lhe chamou Fernando Echevarría: "Como a atmosfera brilha/ no sítio onde passaram/ os mortos. Todos os dias/ azáfama e recados/ passam ali. Até a família/ se apressa para o campo./ Mas não importa. Cada lugar que esfria/ acorda os mortos. Estremunha os páramos./ E acrescenta o amor. E a vigília/ dos raros vivos por que nós passamos" ("Sobre os mortos")

2 – Mas há coisas que não mudam nunca, mesmo nestes dias "incertos muito mais que ao vento as naves" (Sá de Miranda, soneto "O sol é grande ... ").

Durante a semana passada, a Directora-Geral da Saúde deixou com inocência cair a informação, numa daquelas conferências de imprensa diárias com que o Governo e a Direcção-Geral da Saúde glosam com inútil redundância as informações da evolução da pandemia no nosso País, de que o Governo, em conjugação com as autoridades de saúde, iria decidir nesse mesmo dia o estabelecimento de uma cerca sanitária à cidade do Porto, tendo em conta um aumento imprevisto e substancial do número de casos de infecção na cidade, de um dia para o outro.

Tal ameaça não se veio a cumprir, por duas razões:

Em primeiro lugar, por ser falsa a informação do tal aumento imprevisto e substancial do número de casos.

Que fora engano... e que, afinal, o número de casos era só de metade do anunciado...

Em segundo lugar, por o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, ter ele próprio denunciado o erro de contagem do Ministério da Saúde, declarando não reconhecer legitimidade ao Poder Central para o estabelecimento da dita cerca sanitária, restrita ao município do Porto, sem antes ouvir os legítimos representantes da cidade.

Passando ao largo do facto perturbador de, num quadro de extrema exigência como o que vivemos, ser possível erro tão grosseiro, e de com base nele se preparar uma decisão tão danosa, sem concertação prévia com a cidade do Porto, ainda esperei para ver se, no dia seguinte, e depois de rectificada a contagem efectiva dos infectados, com Lisboa em primeiro lugar, alguém se lembraria de sugerir a cerca sanitária da capital.

Foi sem espanto que verifiquei que tal não aconteceu – e ainda bem, pois certamente as razões que arredavam essa necessidade para o Porto se repetiriam para Lisboa.

Mas o ponto não é esse: o ponto é a displicência com que se encara fechar o Porto do resto do País, à sombra de um lapso; e de ter com a capital outra delicadeza e outros escrúpulos.

Não seria a primeira vez em que o poder lisboeta determinaria o cerco do Porto, contra a vontade desta cidade.

Em 1899, o Governo progressista de José Luciano de Castro decretou o cerco sanitário do Porto, então vítima da peste bubónica – contra a opinião do portuense Ricardo Jorge, médico municipal do Porto (que emprestou o nome a uma rua contígua aos Paços do Concelho do Porto), de onde saiu para organizar, em Lisboa, a Direcção-Geral da Saúde.

E nas lutas liberais, igualmente o Rei D. Miguel, da facção absolutista, e defensor dos privilégios do trono e do altar, cercou a cidade onde se encontrava sedeado o Exército Libertador, sob o comando do seu irmão, o Rei D. Pedro IV, da facção liberal, cuja vitória sobre os sitiantes permitiu consolidar o regime de democracia liberal em que vivemos desde 1836, com a Carta Constitucional, na sequência da portuense Revolução de 24 de Agosto de 1820, que impôs ao Regente, futuro Rei D. João VI, o regime da democracia representativa, fundado no voto os cidadãos.

O Porto não é cidade para ser cercada por fora; só por dentro, e por decisão e para defesa própria.

3 – Tem merecido, justificadamente, a unanimidade do País o reconhecimento da dívida que todos nós contraímos relativamente aos médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, trabalhadores auxiliares de saúde, que estão, com risco da saúde e da própria vida, na primeira linha do combate à pandemia, assegurando aos doentes a humanidade possível neste transe.

Também me associo a essa gratidão.

O Governo, e bem, equiparou recentemente os trabalhadores dos estabelecimentos residenciais de apoio social e do apoio domiciliário aos trabalhadores da saúde, na definição dos serviços essenciais de funcionamento impreterível.

Os trabalhadores destas estruturas bem merecem também o reconhecimento da comunidade pelo papel que o actual contexto lhes conferiu: também eles correm diariamente riscos superiores à generalidade dos trabalhadores; também eles estão na primeira linha.

Também eles estão sujeitos a uma pressão muito intensa, a cargas horárias imprevistas, ao sacrifício do convívio familiar.

Espero que, vencida a crise, ninguém esqueça, a começar pelo Governo, a nobreza desse trabalho.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VIANA DO CASTELO

Inaugurar o CAO em 2020 é desejo do 15º aniversário

Até 2005, ano em que a Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo (APCVC) entrou em funcionamento, o distrito não tinha qualquer resposta para as pessoas com paralisia cerebral ou situações neurológicas afins. Desde, então, a instituição tem crescido, abrangido mais pessoas que necessitam dos seus serviços e hoje toca todos os concelhos do distrito vianense. O desejo próximo é a inauguração ainda este ano de um CAO, num ano que celebra 15 anos de existência.

Foi com a constituição, ainda em 2002, de um núcleo da, então, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral que passou a existir uma resposta na área no distrito de Viana do Castelo, que arrancou apenas três anos depois, "porque foi quando se conseguiu o protocolo com a Segurança Social", explica a vice-presidente da APCVC, Filomena Araújo.

"Algumas das pessoas do distrito eram apoiadas pela Associação do Porto de Paralisia Cerebral, mas a distância era um problema. Se de Viana do Castelo ao Porto são 70 quilómetros, imagine-se de Monção ou Melgaço! Ou seja, tínhamos muitas pessoas que nunca tinham sido vistas por um centro especializado e esta era uma necessidade sentida no distrito durante muitos anos", recorda, destacando o papel e a vontade decisivos da Segurança Social e do Centro Hospitalar do Alto Minho na implementação da associação.

"Havia muitas pessoas e pediatras que queriam que esta resposta viesse para Viana do Castelo e isso foi conseguido com grande apoio da doutora Graça Andrada", que na altura presidia ao secretariado do que hoje é a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC).

"Nessa altura éramos duas técnicas e um conjunto de pais, que foi convidado a fazer parte e a envolverem-se, que formámos a Comissão Instaladora, que avançou para a criação do núcleo, até que passámos a ser uma associação autónoma", conta Filomena Araújo.

Apesar de continuar a funcionar em Santa Marta de Portuzelo, às portas de Viana do Castelo, no espaço arrendado na altura da fundação – "um rés-do-chão, que era uma espécie de armazém, mas que permitiu adaptá-lo às necessidades" –, a APCVC tem crescido ao longo dos 15 anos que celebra em 2020, conseguindo dar resposta aos 10 concelhos do distrito do Alto Minho.

"Hoje este espaço já não chega, tornou-se pequeno para o trabalho que fazemos, mas infelizmente, devido aos condicionalismos financeiros, ainda não conseguimos sair daqui", lamenta a «vice» da associação.

Atualmente, a APCVC apoia 229 utentes no Centro de Reabilitação, que funciona em regime ambulatório, segue 80 crianças no Programa de Intervenção Precoce, nos concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, acompanha entre 50 e 60 utentes no Centro de Recursos para a Inclusão, em Monção e Paredes de Coura, e ainda 10 utentes no projeto Dente de Leão, que tem como objetivo apoiar crianças e jovens, entre os seis e os 18 anos, com deficiência durante as férias escolares, e apoia 15 pessoas no Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI).

Estes cerca de 300 utentes são acompanhados e apoiados por uma equipa de 20 funcionários, na qual apenas quatro não são técnicos superiores, "o que implica grandes encargos em termos salariais, sendo que esses quatro têm todos o 12º ano de escolaridade".

A APCVC dá resposta aos 10 concelhos do distrito, abrangendo uma área geográfica muito grande.

"Obviamente, esta circunstância traz dificuldades, mas temos que ser realistas. Neste tipo de resposta na área da paralisia cerebral, normalmente, há uma associação por distrito, exceto Braga que tem duas, justamente porque esta é

uma resposta específica e os números não são semelhantes, por exemplo, à deficiência mental, pois são muito menores", começa por referir Filomena Araújo, acrescentando: "Depois, na área das deficiências esta é das mais caras em termos de implementação da resposta. Os custos de material e de equipamentos é muito mais elevado do que noutras áreas. Para além de que, em termos de pessoal, os custos são sempre mais elevados, pois funcionamos com muitos técnicos superiores. Depois, não existem casos no distrito que justifiquem a criação de mais polos pelo território".

No entender da «vice» da APCVC, que também é presidente da UDIPSS Viana do Castelo, "há que ter objetividade em termos de financiamento e de logística e assim não se justifica abrir outro centro no distrito, mas sim o que fazemos, ou seja, o apoio no contexto e em articulação com as instituições locais".

Por isso é que o Centro de Reabilitação funciona em ambulatório, na sede para utentes de todos os concelhos do distrito.

"Os utentes têm um plano de intervenção anual, construído com o cliente e a família e é a partir dos seis anos até 78 anos, que é o utente mais velho que temos, sendo que o atendimento varia em função das necessidades e da disponibilidade. Pode ser apoio terapêutico direto, e aqui privilegiamos os mais novos, com a fisioterapia, a terapia ocupacional e da fala, a psicologia, etc.. Neste apoio temos cerca de 50 utentes por semana", revela, prosseguindo: "Os outros recebem apoios mais indiretos, através de consultas médicas de especialidade, para as quais temos cinco médicos a trabalhar connosco, através da prescrição de produtos de apoio, através das orientações que transmitimos nas deslocações que fazemos ao domicílio. Tentamos fazer, pelo menos, uma vez por ano, mas se a família tem necessidade vamos lá quando ela existe. E aqui pode ser no domicílio, no contexto de trabalho ou na escola. Temos uma articulação muito forte com os agrupamentos de escolas de todo o distrito, porque temos utentes em todas as escolas e de todas as faixas etárias. Isto é sempre articulado com muita proximidade. Também nos deslocamos a outras instituições, porque temos lá utentes e o nosso protocolo permite -o. Por exemplo, temos utentes na APPACDM, que têm deficiência mental e paralisia cerebral ou situações neurológicas afins e são 60 nessa situação. Vamos também à Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, que agora também tem um CAO, e à de Paredes de Coura, onde nos deslocamos para dar apoio aos utentes do CAO. Deslocamo-nos igualmente à AAPEL (Associação dos Amigos da Pessoa Especial Limiana), em Ponte de Lima, uma instituição vocacionada para a multideficiência, onde há alguns utentes que nós apoiamos".

Esta articulação e trabalho conjunto com outras instituições, extravasa o universo das instituições da área da deficiência, pois, pontualmente, as técnicas da APCVC vão igualmente a IPSS que têm ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), onde há utentes de mais idade e com paralisia cerebral e que necessitam de apoio especializado.

"Este trabalho nas instituições é algo muito pontual e em articulação com os técnicos de lá,

principalmente quando necessitam de algum apoio, orientações ou algum produto de apoio. Isto é sempre feito em articulação, porque os técnicos das instituições é que conhecem os contextos e é necessário que saibam como fazer as coisas", sustenta.

De momento, todo o serviço de ambulatório está suspenso em função do momento que o país atravessa com a pandemia da Covid 19.

No entanto, a instituição sente falta de uma resposta residencial, pois "é uma necessidade brutal".

"Neste momento estamos em obras num novo espaço para criarmos um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), cujo concurso público foi lançado no ano passado e, neste momento, já está em obra, que esperamos esteja terminada lá para julho ou agosto. Nessa altura, então, pediremos o protocolo à Segurança Social para o CAO. Aliás, contamos já poder submeter a candidatura ao PROCOOP deste ano para 30 clientes", revela Filomena Araújo, acrescentando: "Não é fácil, porque o nível de exigência para qualquer resposta residencial não é compatível com qualquer espaço já construído. Isto tem sido muito complexo, porque não temos capacidade financeira para construir um equipamento de raiz, além de não termos terreno, mas não há nada construído que nos permita, com algumas adaptações, criar essa resposta. Estamos muito limitados, porque até a nível de candidaturas para o novo PARES era preciso termos um terreno onde construir... e não temos. Isto limita-nos muito na vontade de criar uma resposta residencial".

Para a instituição, a solução mais viável face às circunstâncias seria arranjar um espaço e adaptá-lo, pois de outra forma não consegue avançar.

"Neste momento estamos com alguma cautela, porque, até ao fim do ano, queremos ter já pensada uma solução residencial. É que abrindo o CAO para 30 pessoas é fundamental ter uma área residencial de suporte", afirma, lembrando que todos os espaços ocupados pela instituição, a sede, o futuro CAO e o CAVI, são todos arrendados.

"Temos tudo muito concentrado aqui em Santa Marta de Portuzelo, mas são todos arrendados. Depois, esta instituição é muito cuidadosa nos passos que dá, ou seja, manter a sustentabilidade da instituição é prioritário. Se isso implicar estar em espaços arrendados assim estaremos, mas temos sustentabilidade e conseguimos desenvolver o nosso trabalho em função do que temos", assegura Filomena Araújo.

E se em 2002 todas as crianças já estavam na escola e sinalizadas, a instituição encontrou muitos adultos, fruto de um trabalho exaustivo no terreno, em que fez o levantamento de todos os casos nos 10 concelhos do distrito.

"Hoje em dia é raríssimo aparecer um caso do nosso âmbito que não seja conhecido. Se um adulto chegar ao Centro de Saúde com problemas desta área, imediatamente a estrutura de saúde contacta-nos. Há uma rede de referenciação e de relações que atualmente permite que as pessoas com paralisia cerebral ou situações neurológicas afins sejam sinalizadas e encaminhadas para serem apoiadas", afirma com satisfação, referindo: "Tenho noção de que o sistema que aqui temos não funcionaria numa grande cidade, mas no nosso meio funciona, pois somos um meio muito rural, num distrito com cerca de 240 mil pessoas onde é fácil toda a gente se conhecer. E depois há esta rede de relações entre os organismos para a sinalização dos casos através das entidades da educação e da saúde".

Ainda com o sonho de "conseguir construir um espaço de raiz, que já integre a resposta residencial", na instituição tem-se a certeza do contributo da mesma para a melhoria da resposta social às pessoas com deficiência no distrito de Viana do Castelo, fundamentalmente pelas parcerias que gerou.

"Nós somos uma força que puxa pelas pessoas e pelas outras instituições a trabalhar em rede. Até aparecermos, as instituições da área da deficiência não se relacionavam, apesar de serem poucas, mas eram muitos fechadas sobre si próprias. Logo em 2002 quando aparecemos lançámos o desafio às outras instituições para trabalharmos em parceria. Elas sentiram-nos sempre como um parceiro e, neste momento, é possível todas as cinco instituições da área da deficiência, todas de âmbito distrital, trabalharmos em parceria", defende Filomena Araújo.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

- SINAL MAIS
- GERTAL ITAU
- SOGENAVE
- STRONG CHARON
- UPK
- B2B
- CERGER
- FEB CAFÉS
- IBERLIM
- PAPIRO
- VIVAMAIS
- SERDIAL
- BIOSOG
- TICKET SERVIÇOS FLEXBEN
- A TEMPORÁRIA
- A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

TRIVALOR

COVID-19 EM TODO O MUNDO

Até abril houve cerca de 60 mil mortes e mais de um milhão de infetados

Até ao início deste mês de abril a pandemia de covid-19 matou cerca de 60 mil pessoas e infetou mais de um milhão em todo o mundo desde seu aparecimento, segundo um balanço baseado em fontes oficiais.

De acordo com os dados recolhidos pela agência noticiosa francesa France Presse foram oficialmente diagnosticados 1.082.470 casos em 188 países e territórios desde o início da epidemia, em dezembro passado, na China.

A AFP alerta, contudo, que o número de casos diagnosticados reflete atualmente apenas uma fração do número real de infeções, já que um grande número de países está a testar apenas as situações que requerem atendimento hospitalar. Entre esses casos, pelo menos 205.400 foram, até ao fim de março, dados como curados pelas autoridades de saúde.

Nessa data a Itália, que registou sua primeira morte ligada ao coronavírus (covid-19) no final de

fevereiro, tinha cerca de 15 mil mortes, entre 120 mil casos. 20 mil tinham sido dadas como curadas pelas autoridades italianas.

Depois da Itália, os países mais afetados eram a Espanha, com 11 mil mortes, entre 117 mil casos, os Estados Unidos, com quase 7 mil mortes, a França, com 6 mil e quinhentas mortes e o Reino Unido, com 3 mil e seiscentas.

A China (sem os territórios de Hong Kong e Macau), onde a epidemia começou no final de dezembro, contabilizou um total de perto de 82 mil casos, incluindo 3.322 mortes (quatro novas) e cerca de 77 mil recuperações.

A pandemia alastra-se, Líbia, Quirguistão, Ilhas Marianas do Norte e Letónia anunciaram as primeiras mortes ligadas ao vírus.

A Europa totalizava 42 mil mortes, os Estados Unidos e Canadá quase 7 mil mortes, a Ásia um pouco mais de 4 mil mortes, o Médio Oriente 3 mil e quinhentas mortes, a América Latina e Caribe 735 mortes, África 323 mortes e a Oceânia 33 mortes.

Em Portugal, no início de abril registavam-se perto de 250 mortes, cerca de 10 mil infeções confirmadas e havia 68 doentes que já tinham recuperado.

Os números confirmam as previsões que as Nações Unidas tinham feito. Esta é a crise "mais difícil desde a II Guerra Mundial" — palavra da ONU.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO.
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS
SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
  - TSR - Utentes
  - TSR - Bancos
  - TSR - Associados
  - TSR - Rendas
  - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGONÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
  RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

+ DE 40 APLICAÇÕES
+ DE 900 CLIENTES
100% CLIENTES SATISFEITOS
GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

tsr@tsr.pt

UNITATE – SOCIAL ECONOMY NETWORK, VILA VIÇOSA

Bolsa de Disponíveis já angariou mais de 1.200 voluntários em todo o país

A Unitate – Social Ecomony Network criou uma Bolsa de Disponíveis voluntários que nos primeiros 10 dias angariou 1.200 voluntários.

A intenção é criar uma bolsa de voluntários para colmatar carências pontuais de recursos humanos nas IPSS de todo o país.

"Tem sido um grande sucesso e muito agradecemos a todas as entidades que se juntaram a nós", afirma Tiago Abalroado, presidente da instituição sedeada em Vila Viçosa.

A iniciativa da Unitate, que arrancou nas redes sociais, foi acarinhada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na pessoa da ministra Ana Mendes Godinho, e pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, com quem há uma comunicação diária, que potenciaram a divulgação da mesma pelos seus canais próprios.

Houve ainda algumas Uniões Distritais de IPSS e diversos municípios que se juntaram à causa, apoiando a divulgação, tendo também todos os Centros Distritais da Segurança Social se associado divulgando a iniciativa junto das IPSS pelos canais privilegiados que também têm.

"Há voluntários de todos os distritos, de quase todos os concelhos" inscritos na bolsa de disponíveis e "os pedidos das instituições têm chovido, na ordem dos 10 a 15 por dia", revela Tiago Abalroado.

A Unitate nesta fase faz a mediação com as instituições que necessitam de cozinheiras, médicos ou outro pessoal com os voluntários, colocando-os em contacto.

"Já enviámos muita gente para as instituições e houve mesmo um caso curioso. Uma senhora que encaminhámos ligou-nos a dizer que queria sair da bolsa porque tinha arranjado emprego. Ou seja, ela já tinha passado pela instituição e os dirigentes quando viram que era ela, como estavam mesmo necessitados de preencher aquela vaga, contrataram-na", conta, satisfeito, Tiago Abalroado.

Todos os que queiram disponibilizar-se para voluntariado nas IPSS, independentemente do local de residência, inscreva-se em https://unitate.typeform.com/to/aNoBPe.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

«COVIDo-te para duas de letra» mantém os utentes em contacto com o exterior

Quando há praticamente um mês a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) decidiu "antecipar" dúvidas e problemas e optou por encerrar praticamente todos os seus serviços, longe estariam os responsáveis da instituição de imaginar que, algum tempo depois, o principal pedido dos seus clientes das unidades residenciais seria... ter com quem conversar.

Na Casa da Maceda (Porto) e na Villa Urbana de Valbom (Gondomar) residem cerca de meia centena de pessoas com paralisia cerebral. O afastamento social que resultou de todas as questões da Covid-19 fez com que a APPC, como muitas outras instituições, tivesse que reformular e repensar as suas lógicas de funcionamento diárias.

E para pessoas com paralisia cerebral, além das habituais barreiras (de acessibilidades, comunicação, emprego ou preconceitos), com o atual isolamento social surgiu um outro tipo de limitação: a impossibilidade, efetiva, das tradicionais visitas de familiares e amigos ou as recorrentes conversas com colaboradores da APPC.

Acresce que a instituição reduziu a equipa das unidades residenciais ao estritamente necessário e urgente.

Ana Lages, coordenadora das residências da AAPPC constatou logo nos primeiros dias de isolamento que a principal necessidade dos utentes era "a ausência de informação e a impossibilidade de partilharem as suas dúvidas e angústias".

Coisas tão simples como, por exemplo, "saberem como estão os seus conhecidos e, claro, quase não terem com quem falar...", conta a coordenadora, acrescentando: "Abordei a questão com alguns colegas da APPC e surgiu a ideia de serem os nossos colaboradores, grande p arte deles em teletrabalho, a prontificarem-se para conversar

(via Skype, WhatsApp, Zoom ou Messenger) com os clientes".

Foi assim que nasceu o desafio «COVIDo-te para duas de letra» e em menos de 24 horas já tinham meia centena de colaboradores disponíveis. Psicólogos, terapeutas, educadores, auxiliares, diretores e outros colaboradores confinados às suas casas deram resposta positiva.

FUNDAÇÃO ADFP, MIRANDA DO CORVO

Hospital da Compaixão e dois hotéis disponíveis para a luta contra a Covid-19

A Fundação ADFP (Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional), para além de continuar a proteger os seus utentes que residem nas instalações da instituição, disponibilizou-se para ajudar de uma forma mais abrangente, disponibilizando o Hospital da Compaixão, ainda à espera de entrar em funcionamento, e os seus dois hotéis.

Com um equipamento de saúde completamente novo e por estrear e os dois hotéis disponíveis para servirem de retaguarda ao Serviço Nacional de Saúde, Jaime Ramos, presidente da Fundação, lamenta que os mesmo não sejam aproveitados para o combate à Covid-19.

"Contactámos a Administração Regional de Saúde (ARS), a ministra, o primeiro-ministro e até o Presidente da República, mas ninguém nos respondeu. Aliás, nunca conseguimos uma reunião", conta Jaime Ramos, acrescentando: "A secretária de Estado da Ação Social (Rita Mendes) ligou-me para saber do hospital e perguntou-me qual seria o preço. Ora, nós oferecemos, disse-lhe... Não houve mais nenhum contacto entretanto".

A única resposta que a Fundação obteve foi "uma declaração da ARS que dizia que, como o hospital estava fechado, não interessava no hospital", revela Jaime Ramos, que questiona: "Então e as tendas de campanha que foram montadas já estavam a funcionar antes?".

Jaime Ramos mantém a disponibilidade das instalações caso sejam necessárias para ajudar no combate à Covid-19.

José Figueiredo
Economista

COVID-19: Nós não vamos sair bem disto...

Obviamente não sei o que aí vem. Não me refiro sobretudo à economia. Melhor ou pior, em mais ou menos tempo, a economia acabará por recuperar. Vamos ter dois trimestres terríveis, algures na segunda metade do ano as coisas começarão a estabilizar e, ao longo de 2021, as economias começarão a recuperar.

O que me preocupa, e muito, é o que vai acontecer no domínio das relações humanas e da coesão social. Infelizmente temos tudo para recear o pior.

Desde logo a qualidade das lideranças atuais. Nos Estados Unidos a chefia do estado está entregue a um tolo. No Brasil, um presidente lunático mandou cancelar medidas estaduais de contenção perfeitamente lógicas e razoáveis. Em Itália, um governo fraco não conseguiu ter mão nas instituições nos momentos nevrálgicos do começo do surto. Merkel está cansada e enfraquecida. Boris Johnson, em UK, é um aventureiro e mentiroso compulsivo. A estratégia inicial de UK era um perfeito disparate e um caminho certo para o desastre. Emendaram a mão, haja Deus!

Dos ditadores cínicos da China e da Rússia esperem o pior. Tentarão tirar todo o partido (económico, político) que puderem desta crise com a qual lidarão melhor que as democracias por óbvias razões de poder ilimitado.

Poderia continuar esta lista, mas não creio que valha a pena. Só uma nota sobre os bancos centrais. Quer na FED quer no BCE não temos líderes à altura. Jay Powell vive em pânico constante dos tweets do tolo do Trump, e só depois de um bom par de asneiras, ele, ou alguém por ele, parece ter retomado algum controlo. Christine Lagarde é um desastre como se viu na primeira conferência de imprensa onde teve de enfrentar um par de perguntas corrosivas. Não tem mãos para aquele Ferrari...

Mas também há motivos de esperança. Nos Estados Unidos, na ausência de uma verdadeira liderança federal, começam a emergir lideranças intermédias notáveis. É o caso de Andrew Cuomo, governador de NYC.

Em Portugal está a emergir a liderança do atual primeiro ministro em contraste com um presidente ausente e marcado pelo medo. Depois de uma ridícula quarentena apareceu-nos na televisão, cravado de medo, tentado justificar o injustificável. Agora que não é possível andar por aí aos beijos e aos abraços, a criatura mostra a sua vacuidade.

Um segundo motivo de preocupação, que aliás resulta do primeiro (má qualidade das lideranças), é que não vejo em lado nenhum alguém a falar do futuro. Sim, do futuro, do pós-crise. Por pior que esta seja, ficarão 7 biliões de seres humanos no planeta que vão continuar a viver e deveríamos estar a cuidar disso.

Em meados de 1944, com a guerra na Europa e no extremo oriente em full force, reuniam-se em Bretton Woods os obreiros do sistema monetário que haveria de vigorar depois da guerra. Essa, ainda durou mais um ano. Quando acabou a guerra, o sistema, com as respetivas instituições (que ainda hoje existem), estava no essencial construído. Essa foi a última grande contribuição do maior dos economistas, John Maynard Keynes – morreria pouco depois.

E vou agora ao que mais me preocupa – o risco de dissolução social. Pode parecer vagamente fora de tempo esta questão. Afinal, não estamos todos, no essencial, a cumprir voluntariamente as medidas de contenção? Não vemos um pouco por todo o lado notícias de donativos de famosos, de bilionários, clubes de futebol e sei lá mais quem? Não vemos as fábricas de perfumes da Louis Vuitton a fabricar desinfetantes? Não vemos os italianos a cantar nas janelas para aliviar a solidão dos vizinhos?

Não se iludam – estamos na fase dos beijos e dos abraços. Essa é a parte mais fácil. Imaginem que isto dura um par de meses e que saímos com 10%, 15% ou mais de desemprego? Imaginem que, em breve, teremos uma boa parte das famílias, de novo, com balanços negativos. Imaginem que a Europa não consegue responder coletivamente e que é salve-se quem puder?

Nos Estados Unidos circulam abundantemente nas redes sociais sinais de macabras divisões intergeracionais. Há quem veja no covid19 um meio de remover os boomers que, agora, são um peso para os sistemas de saúde e para os sistemas de pensões.

Os millenials - os mais velhos estão agora a chegar aos 40 – iludidos por uma falsa sensação de segurança (o covid19 só mata velhos) – assumem que esta crise não lhes diz respeito. São outros que vão morrer. Macabro, mas real, realíssimo.

Se isto durar muito tempo, se o cansaço acabar com a cooperação geral e voluntária no esforço de contenção, é bem possível que os que agora cantam à janela passem a gritar insultos aos que furam o sistema (se entrarmos no salve-se quem puder, vão ser muitos).

Os famosos e ricos que agora vemos louvar nas televisões pelos gestos solidários, quando for claro que o impacto da crise é fortemente assimétrico e que vão pagar os mesmos de sempre, serão escarnecidos e objeto de ódio.

Se for necessário recorrer a algum tipo de racionamento não esperem que a civilidade geral das filas nos supermercados continue.

Temo bem que todos os fantasmas do passado recente estejam na sombra, prontos a emergir desta vez reforçados com uma perspetiva de desagregação social ainda maior.

Em Itália, onde a esmagadora maioria da população era a favor da integração europeia, atualmente mais de metade da população está disponível para rever o tema da integração.

A possibilidade de desintegração da zona euro pode surgir de novo das sombras e, como sempre, serão os mais frágeis a sofrer mais. Quando ficar claro que as ditaduras lidaram melhor com esta crise (seja isso real ou simples manipulação da informação), o apelo para soluções autoritárias, que já vinha em crescendo, vai aumentar.

Não sou um pessimista e não quero assustar ninguém. Comecei por dizer que a economia vai recuperar e que a recuperação até por ser em V inclinado.

Mas receio bem que haja um antes e um depois em matéria da forma como vamos convivendo uns com os outros em sociedades mais ou menos estruturadas. Temo que o depois não seja bom.

Sogenave®
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

FOTO: ARMANDO VIEIRA

O medo

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446| **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

UNIVERSIDADE DO PORTO

Linha de apoio psicológico para comunidade académica

Ansiedade, medo, receio de contágio, solidão e tristeza são alguns dos motivos que levam "sobretudo" os estudantes a recorrerem à linha de apoio psicológico lançada pela Universidade do Porto e que está disponível para toda a comunidade académica.

"A linha está aberta a toda a comunidade, desde professores, estudantes e funcionários. Até agora têm sido sobretudo estudantes a recorrer à linha com problemas de ansiedade, medo de contágio e outros problemas de fundo, como a solidão e a tristeza nesta altura em que o distanciamento social vai aumentando", afirmou José Castro Lopes, pró-reitor da Universidade do Porto (UPorto).

Apesar da "amostra" não ser, de momento, totalmente "representativa" daquelas que poderão vir a ser as preocupações da comunidade académica, José Castro Lopes explicou que a linha de apoio psicológico pretende fazer face à "imprevisibilidade da situação" que se vive atualmente devido à pandemia da covid-19.

"Sabemos que a situação de stress que estamos a viver todos também implica algumas consequências a nível psicológico, consequências que são normais. É normal as pessoas sentirem-se ansiosas e com receio", sublinhou, lembrando que são ainda vários os estudantes deslocados que se encontram nas residências da instituição.

"Neste momento, não nos podemos esquecer que há vários estudantes que ainda estão cá deslocados, não só nacionais, porque ainda temos estudantes nas residências e, nesses, é natural que esta tristeza e solidão se acentue ainda mais do que os que estão com as suas famílias", frisou José Castro Lopes.

A linha de apoio psicológico é composta por uma equipa de 10 psicólogos com experiência na área clínica e de saúde, sendo que, neste momento a Universidade do Porto tenciona reforçar a equipa com mais profissionais.

"Entendemos que fazia sentido tirar partido das pessoas que temos nesta área que são psicólogos clínicos que normalmente estão nos gabinetes de apoio das faculdades para criarmos este serviço de apoio nesta altura da pandemia pela covid-19. Neste momento são 10 na linha de apoio, mas vamos reforçar mais psicólogos".

Seguindo as recomendações da Ordem dos Psicólogos e supervisionada por uma "psicóloga sénior", a linha de apoio psicológico da Universidade funciona das 09:30 às 14:30 e das 19:00 à 00:00 todos os dias úteis, com exceção do fim-de-semana, onde só funciona durante o período noturno.

José Castro Lopes adiantou, no entanto, que com o reforço da equipa de psicólogos está também a ser estudada a hipótese de alargar os horários de funcionamento da linha de apoio.

Caso a situação se "prolongue", a Universidade do Porto está ainda a equacionar a criação de um "suporte emocional para os próprios psicólogos da linha, uma vez que será necessário auxiliá-los".

COVID-19

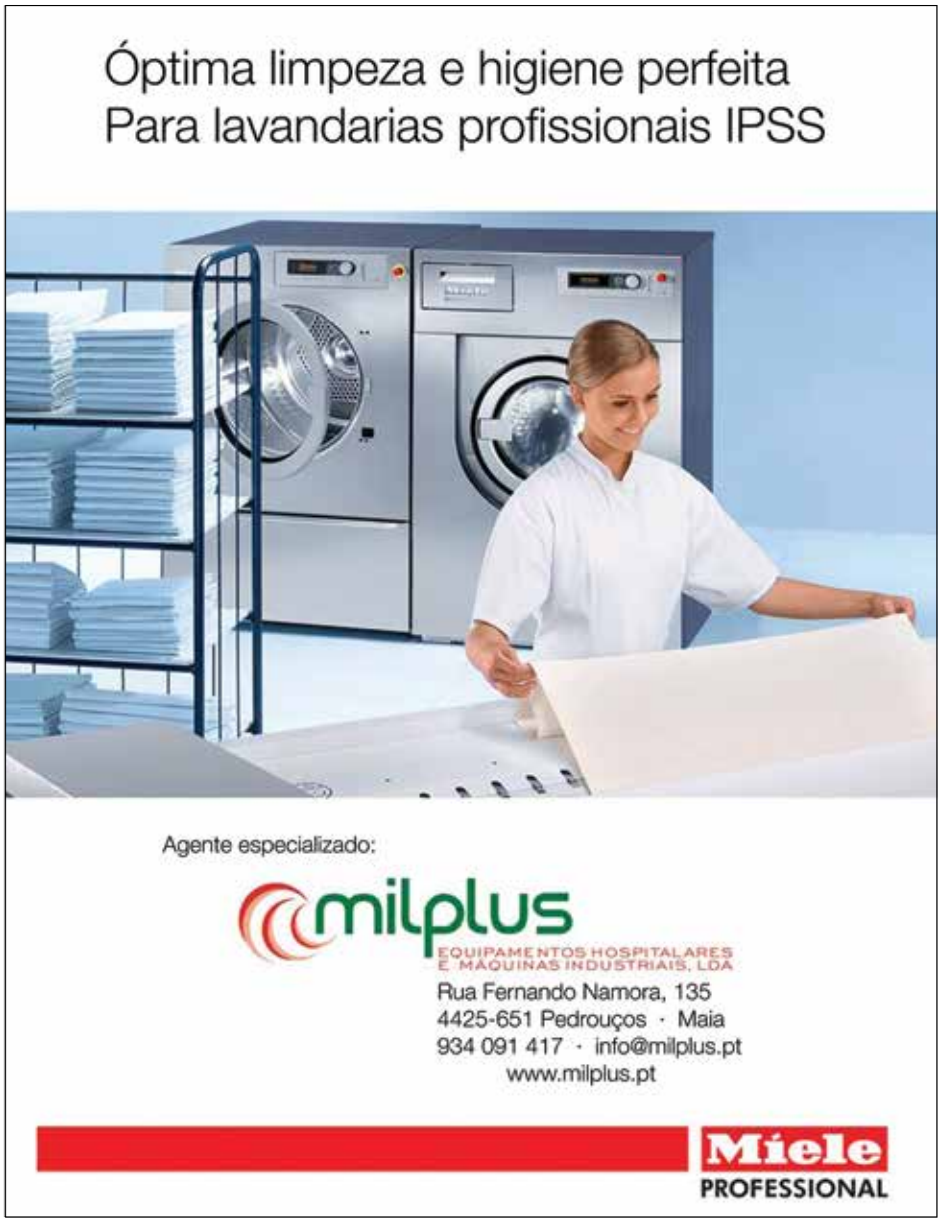
Governo garante direitos de cidadãos estrangeiros com processos pendentes no SEF

No âmbito da pandemia de Covid-19, o Governo aprovou um despacho que determinou que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a "garantir inequivocamente" os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no SEF.

De acordo com o documento, assinado pelos ministros de Estado e da Presidência, da Administração Interna, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e da Saúde, podem regularizar a sua situação os imigrantes com processos pendentes no SEF à data de 18 de março, aquando da declaração do estado de emergência.

Os estrangeiros abrangidos por esta medida são os que tenham pedido autorização de residência ao abrigo das leis de estrangeiros e de asilo, através do comprovativo dos agendamentos no SEF ou o recibo com o pedido efetuado, bem como as chamadas manifestações de interesse ou pedidos emitidos pelas plataformas de registo do serviço.

Estes documentos, passam, desta forma, a ser considerados válidos perante todos os serviços públicos, designadamente para obtenção do número de utente, acesso ao Serviço Nacional de Saúde ou a outros direitos de assistência à saúde, acesso às prestações sociais de apoio, celebração de contratos de arrendamento, celebração de contratos de trabalho, abertura de contas bancárias e contratação de serviços públicos essenciais.

O despacho estabelece também que os vistos e documentos relativos à permanência de cidadãos estrangeiros em território nacional que expiraram depois de 24 de fevereiro, são válidos até 30 de junho. Estes documentos, assim como o cartão de cidadão, a carta de condução, o registo criminal e as certidões deverão ser aceites pelas autoridades públicas para todos os efeitos legais.

O SEF continuará a assegurar o atendimento presencial apenas para os pedidos considerados urgentes, ou seja, cidadãos que necessitem de viajar ou que comprovem a necessidade urgente e inadiável de se ausentar de Portugal, por motivos imponderáveis e inadiáveis e cidadãos a quem tenham sido furtados, roubados ou extraviados os documentos.